



Número: **0088804-43.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **19/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCOS JOSE DA SILVA (AUTOR)		CARLOS ADRIANO PEREIRA (ADVOGADO) DAIANE DE ANDRADE OLIVEIRA (ADVOGADO) ELAINE LOPES DE ARAUJO SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
ROMERO BEZERRA CAVALCANTI MENDES (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55845724	19/12/2019 22:43	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
55845725	19/12/2019 22:43	<a href="#">Peticao Marcos</a>	Petição em PDF
55845726	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 1 - RG e CPF</a>	Documento de Identificação
55845728	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 2 - Comprovante de Residencia</a>	Documento de Comprovação
55846032	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 3 - Procuracao</a>	Procuração
55846033	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 4 - Auxilio Doenca INSS</a>	Documento de Comprovação
55846034	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 5 - CTPS</a>	Documento de Comprovação
55846035	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 6 - Declaracao de Hipossuficiencia</a>	Documento de Comprovação
55846036	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 7 - Certidao de Nascimento dos Filhos</a>	Documento de Comprovação
55846037	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 8 - Boletim de Ocorrencia</a>	Documento de Comprovação
55846038	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 9 - Imagens do paciente</a>	Documento de Comprovação
55846040	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 10 - Laudo de Invalidez Permanente - IML</a>	Documento de Comprovação
55846048	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 11 - Evolucao Clinica</a>	Documento de Comprovação
55846050	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 12 - Declaracao da Fisioterapia</a>	Documento de Comprovação
55846053	19/12/2019 22:43	<a href="#">Doc. 13 - Despesas Medicas</a>	Documento de Comprovação
56746203	22/01/2020 07:13	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
56772990	22/01/2020 11:40	<a href="#">habilitação perito</a>	Certidão

56773 013	22/01/2020 11:48	<a href="#">Citação</a>	Citação
56773 014	22/01/2020 11:48	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
56773 015	22/01/2020 11:48	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
56773 016	22/01/2020 11:48	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
57383 946	04/02/2020 13:21	<a href="#">Petição</a>	Petição
57383 947	04/02/2020 13:21	<a href="#">2692155_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01</a>	Petição em PDF
57667 047	10/02/2020 10:24	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
57667 051	10/02/2020 10:24	<a href="#">2692155_CONTESTACAO_01</a>	Petição em PDF
57667 053	10/02/2020 10:24	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER 1</a>	Outros (Documento)
57667 055	10/02/2020 10:24	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER 2</a>	Outros (Documento)
57726 313	10/02/2020 19:48	<a href="#">Petição</a>	Petição
57726 315	10/02/2020 19:48	<a href="#">Peticao Rol de Quesitos Marcos</a>	Petição em PDF
58098 626	17/02/2020 16:40	<a href="#">Petição</a>	Petição
58099 843	17/02/2020 16:40	<a href="#">2692155_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01</a>	Petição em PDF
58099 838	17/02/2020 16:40	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
58099 840	17/02/2020 16:40	<a href="#">ANEXO 2</a>	Laudo Pericial
58915 741	09/03/2020 11:50	<a href="#">Habilitar</a>	Petição (3º Interessado)
59638 554	23/03/2020 11:25	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
59638 557	23/03/2020 11:25	<a href="#">88804-43.2019 SEGURADORA LIDER 15B</a>	Aviso de recebimento (AR)
59860 037	26/03/2020 15:41	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
59860 044	26/03/2020 15:41	<a href="#">AR referente a INTIMAÇÃO de MARCOS JOSE</a>	Aviso de recebimento (AR)
61681 767	11/05/2020 09:37	<a href="#">laudo pericial</a>	Certidão
61681 774	11/05/2020 09:37	<a href="#">0088804-43.2019.8.17.2001</a>	Laudo Pericial
61686 821	11/05/2020 15:46	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
61955 326	15/05/2020 10:21	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
62429 683	25/05/2020 14:10	<a href="#">Petição</a>	Petição
62429 692	25/05/2020 14:10	<a href="#">2692155_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Petição em PDF
62429 693	25/05/2020 14:10	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
62429 694	25/05/2020 14:10	<a href="#">ANEXO 2</a>	Outros (Documento)
63263 862	10/06/2020 04:57	<a href="#">Outros (Petição)</a>	Outros (Petição)
63263 863	10/06/2020 04:57	<a href="#">Manifestacao Laudo Pericial</a>	Petição em PDF
63263 864	10/06/2020 04:57	<a href="#">Doc. 01 - Comprovante Pagamento Parcial DPVAT</a>	Documento de Comprovação
63660 774	17/06/2020 18:52	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
64640 448	14/07/2020 11:36	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

66129 662	11/08/2020 14:26	<a href="#">Petição</a>	Petição
66129 666	11/08/2020 14:26	<a href="#">Microsoft Word - 2692155_PETICAO_JUNTADA_RECIBO_DE_PAGAMENTO</a>	Petição em PDF
66129 667	11/08/2020 14:26	<a href="#">ANEXO 1</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
66129 668	11/08/2020 14:26	<a href="#">ANEXO 2</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
66471 948	18/08/2020 07:18	<a href="#">trânsito em julgado</a>	Certidão
66534 349	18/08/2020 19:01	<a href="#">Petição</a>	Petição
66534 354	18/08/2020 19:01	<a href="#">Peticao Transferencia Deposito Judicial</a>	Petição em PDF
66471 954	20/08/2020 09:57	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
68686 470	28/09/2020 16:46	<a href="#">Petição</a>	Petição
68686 472	28/09/2020 16:46	<a href="#">Microsoft Word - 2692155_PETICAO_JUNTADA_CUSTAS_FINAIS</a>	Petição em PDF
68686 473	28/09/2020 16:46	<a href="#">ANEXO 1</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
68610 620	28/09/2020 17:30	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
69930 120	22/10/2020 13:30	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
69977 845	28/10/2020 17:44	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
72287 924	09/12/2020 21:56	<a href="#">Certidão</a>	Certidão

Petição em pdf. em anexo.







**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA**  
**\_\_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE – PERNAMBUCO.**

**MARCOS JOSE DA SILVA**, brasileiro, solteiro, auxiliar operacional (atualmente assegurado ao INSS – Doc. 4), titular da cédula de identidade RG de nº 5295643 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 035.756.104-01, residente e domiciliado à Rua Santa Fé, nº 656 – Cajueiro Seco/Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP: 54330-675; por meio dos seus advogados que esta subscreve, legalmente constituídos conforme instrumento de particular de mandato anexo (Doc. 03), ambos com endereço eletrônico e profissional abaixo subscrito, onde receberão intimações e notificações de estilo, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

em desfavor da **LIDER SEGURADORA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ/MF 09.248.608/0001-04, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº 76, 3º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.031-205, Participante do consórcio de Seguradora que operam o seguro de danos pessoais causados por veículos de via terrestre, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

1

Endereço profissional: Avenida Liberdade, 950, Casa 12, Sancho, Recife/PE

Telefones: (81) 9.8412-6880 / 9.9866-9789 / 9.8316-7509

E-mail (s): daianealiver@gmail.com / carlosadryon@hotmail.com / elainelopes.jur@gmail.com





## 1) DAS PUBLICAÇÕES FORENSES

Primeiramente, requer a Vossa Excelência, que todas as intimações, comunicações e publicações processuais, sejam feitas exclusivamente em nome dos seus patronos que esta subscreve, nos termos do artigo 272, § 5º do Código de Processo Civil (CPC), sob pena de nulidade.

## 2) DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor encontra-se desempregado (Doc. 5), não podendo arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência e certidão de nascimento dos filhos que junta em anexo (Docs. 6 e 7), portanto, com fulcro nos artigos 1º e 2º da Lei nº 1.060/50, e artigo 1º da Lei nº 7.115/83, consoante artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), c/c os artigos 98 e 99, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil, o ator requer o deferimento dos benefícios da Justiça Gratuita.

## 3) DO INTERESS DE AGIR

A Lei que rege o Seguro Obrigatório não exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa. A própria Carta Magna prevê no seu artigo 5º, inciso XXXV, que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme verifica-se:

“APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para

2

Endereço profissional: Avenida Liberdade, 950, Casa 12, Sancho, Recife/PE

Telefones: (81) 9.8412-6880 / 9.9866-9789 / 9.8316-7509

E-mail (s): daianealiver@gmail.com / carlosadryon@hotmail.com / elainelopes.jur@gmail.com





ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional 5º XXXV CF.” (grifo nosso).

#### 4) DA AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS

Conforme dispõe o artigo 425, inciso VI, parágrafo 1º do CPC:

“Artigo 425 - Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

VI - as reproduções digitalizadas de qualquer documento público ou particular, quando juntadas aos autos pelos órgãos da justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pela Defensoria Pública e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas repartições públicas em geral e por advogados, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração.

§ 1º Os originais dos documentos digitalizados mencionados no inciso VI deverão ser preservados pelo seu detentor até o final do prazo para propositura da presente demanda”. (grifo nosso).

#### 5) DA SITUAÇÃO FÁTICA

O requerente vítima de acidente de trânsito alega que ao sair do expediente de trabalho, pilotava a motocicleta Honda/CG 150 Titan KS, de placa KKW-9028, no **dia 12/05/2018 às 13:15 hs, na Estrada de Mumbeca, 01, Bairro da Guabiraba, Recife-PE**, quando foi surpreendido por um **CAMINHÃO VW, de cor branca, placa não anotada, de posse de pessoa desconhecida**, vindo a colidir com a motocicleta, que ocasionou incapacidade permanente do autor, proveniente do atropelamento, fatos estes devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência da Polícia Judiciária Civil, e constatado pelas imagens do acidente e do Laudo de Invalidez Permanente do IML, todos os documentos em anexo. (Docs. 8, 9 e 10).

Diante de tal fato, o autor foi socorrido pelo serviço de atendimento móvel de urgência - **SAMU PAULISTA** e encaminhada para o **HOSPITAL MIGUEL ARRAES**, que relatou **FRATURA EXPOSTA DE PATELA DIREITA, FÊMUR DISTAL DIREITO E PLATÔ**

3

Endereço profissional: Avenida Liberdade, 950, Casa 12, Sancho, Recife/PE

Telefones: (81) 9.8412-6880 / 9.9866-9789 / 9.8316-7509

E-mail (s): daianealiver@gmail.com / carlosadryon@hotmail.com / elainelopes.jur@gmail.com





**TIBIAL DIREITO** e passou por procedimento cirúrgico com fixador externo - **POSIÇÃO DE PLACA**, conforme se depreende dos documentos juntados no processo (Doc. 11 – Evolução Clínica e Doc. 12 – Declaração da Fisioterapia).

**OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DO AUTOR, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO.**

Diante da exposição dos fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessária para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização referente ao **SEGURO OBRIGATÓRIO** no grau a ser apurado em perícia judicial, com a devida correção monetária.

**6) DO DIREITO**

Nos termos do artigo 3º da Lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

“Artigo 3º – Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

- I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;
- II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;
- III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (grifo nosso).

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74:

“Artigo 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade.” (grifo nosso).





Não restam dúvidas que o fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o artigo 5º, § 1, alínea a), da referida Lei nº 6.194/74, o qual dispõe que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”... Mediante a entrega dos seguintes documentos: “registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos foram juntados pelo autor, que corroboram com a veracidade das declarações expostas no Boletim de Ocorrência. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Verifica-se que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Nesse diapasão, é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de Goiás:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PROPORCIONALIDADE. 1- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez permanente parcial, deve ser fixada em valor proporcional ao grau do dano sofrido pela vítima do acidente automobilístico. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-GO – AC: 04574988420088090065, Relator: DR (A). SEBASTIAO LUIZ FLEURY, Data de Julgamento: 22/09/2016, 4A CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: DJ 2124 de 04/10/2016) Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo





contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.

Entretanto, em que pese o autor ter o seu direito líquido e certo, comprovando nos documentos acostados no processo, inclusive as despesas médicas (Doc. 13), até o momento não recebeu a indenização referente ao Seguro DPVAT (Doc. 14).

## **7) DA PROVA PERICIAL – DA TEORIA DA DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA**

A Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, o ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Segundo Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Desse modo, por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Sendo assim, o autor requer a inversão do ônus da prova pericial, visto que, a seguradora requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça.

## **8) CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL**

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro, *senão vejamos*:





#### ACÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

I- CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Em se tratando de ação de cobrança de seguro DPVAT, a correção monetária incide a partir da data do sinistro, ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça.

#### II- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA.

Restando configurada a sucumbência recíproca, devem ser as partes condenadas, proporcionalmente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ainda que uma delas seja beneficiária da assistência judiciária, ficando suspensa a cobrança para essa última, segundo o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 1.060/50, não havendo se falar do limite de 15% previsto nessa lei, uma vez que ele foi revogado pelo Código de Processo Civil de 1973. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO – AC: 04374876620148090051, Relator: DES. GERSON SANTANA CINTRA, Data de Julgamento: 23/08/2016, 3A CÂMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2111 de 15/09/2016)

### 9) DOS PEDIDOS

Diante do exposto, e em consonância com os ditames legais e constitucionais pertinentes a matéria, o autor requer:

- a) **A concessão dos benefícios da justiça gratuita**, nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 1.060/50 e artigo 1º da Lei nº 7.115/83, consoante artigo 5º, inciso LXXIV da CRFB/1988, c/c os artigos 98 e 99, § 3º e 4º, do CPC.
- b) **A citação da requerida** para que compareça a audiência previamente designada, apresentando defesa caso queira, conforme dispõe os artigos 335 e 336 do CPC, sob pena de revelia e confissão;
- c) **Que seja julgada a presente ação TOTALMENTE PROCEDENTE** com a condenação da seguradora ao pagamento do seguro obrigatório (DPVAT), no **valor R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, acrescido de mora, atualização monetária;
- d) **A condenação da requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência**, que sejam fixados no percentual de 30% (trinta por cento) do valor da condenação;
- e) **A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova**, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova

7

Endereço profissional: Avenida Liberdade, 950, Casa 12, Sancho, Recife/PE

Telefones: (81) 9.8412-6880 / 9.9866-9789 / 9.8316-7509

E-mail (s): daianealiver@gmail.com / carlosadryon@hotmail.com / elainelopes.jur@gmail.com





pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

**f) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas,** sem exceção, requerendo, desde logo a oitiva de testemunhas, cujo rol será apresentado no momento oportuno, e a juntada de novos documentos, sem prejuízo da produção de outras provas que se mostrem necessárias durante a instrução processual.

Que à causa seja dado o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, somente para efeitos legais.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Recife, 19 de dezembro de 2019.

**ELAINE LOPES DE ARAÚJO SILVA**

Advogada - OAB/PE nº 39.210

**DAIANE DE ANDRADE OLIVEIRA**

Advogada - OAB/PE nº 40.099

**CARLOS ADRIANO PEREIRA**

Advogado - OAB/PE nº 47.630





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO



VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1421192530

NOME  
**MARCOS JOSE DA SILVA**



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
**5295643 SSP PE**

CPF  
**035.756.104-01**

DATA NASCIMENTO  
**12/12/1978**

FILIAÇÃO  
**JOSE JOAQUIM DA SILVA**  
**JURACI MARIA DA SILVA**

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

**AB**

Nº REGISTRO

**04378037480**

VALIDADE

**03/02/2022**

1ª HABILITAÇÃO

**06/06/2008**

OBSERVAÇÕES

**EAR**

*Marco's Jose da Silva*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

**JABOATAO DOS GUARARAPES - PE**

DATA EMISSÃO

**06/02/2017**

*Charles Andrews Sousa Ribeiro*

**Charles Andrews Sousa Ribeiro**  
**Diretor Presidente**

ASSINATURA DO EMISSOR

**64842878512**  
**PE077758382**

**PERNAMBUCO**

PROIBIDO PLASTIFICAR

1421192530





Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

PE. CEP 50050-902  
43-93 | www.celpe.com.br

fluorescentes e fontes de calor.  
também a luz do sol, lampadas

REGINA LUCIA DA SILVA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA STA FE 656

CPF: 975.132.884-53

CAJUEIRO SECO/PRAZERES  
JABOATÃO DOS GUARARAPES PE  
54330-675

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Monofásico

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
068246017	ÚNICA	14/12/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
14/12/2019	2012866347	1575058

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7020721965	12/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
20/12/2019	11/01/2020
TOTAL A PAGAR (R\$)	153,38

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	171,0000000	0,75727874	129,49
Acréscimo Bandeira AMARELA			1,37
Acréscimo Bandeira VERMELHA			5,52
Contrib. Ilum. Pública Municipal			15,93
ICMS Subvenção-CDE-NF 080635363-11/10/19			1,07

TOTAL DA FATURA

153,38

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
3153955629	CA7	12-11-2019	9.103,00	14-12-2019	9.274,00	32	1,00000		171,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh
DEZ 19	171
NOV 19	150
OUT 19	165
SET 19	126
AGO 19	111
JUL 19	104
JUN 19	118
MAI 19	112
ABR 19	110
MAR 19	112
FEV 19	193
JAN 19	175
DEZ 18	213

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	136,38	25,00	34,09
PIS	136,38	0,44	0,60
COFINS	136,38	2,02	2,75

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	46,04	33,76%
Transmissão	5,09	3,73%
Distribuição (Celpe)	30,85	22,62%
Perdas de Energia	9,72	7,13%
Encargos Setoriais	7,24	5,31%
Tributos	37,44	27,45%
Total	136,38	100%

TARIFAS APLICADAS

0,54933000

RESERVADO AO FISCO

BC67.87C3 C399.CED6 2F05.CD9E.333D.557A

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você: sg correios Jacor and: rua major celsio da camara lima cajueiro seco  
rua sergio elias cajueiro seco lista completa em www.celpe.com.br. Na data da leitura a hand  
informações em www.aneel.gov.br. Cobrança ICMS sobre energia

Scanned by CamScanner

Assinado eletronicamente por: ELAINE LOPES DE ARAUJO SILVA - 19/12/2019 22:41:33

https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121922413353900000054942056

Número do documento: 19121922413353900000054942056

Num. 55845728 - Pág. 1



ADVOGADOS ASSOCIADOS

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO

**OUTORGANTE:** Marco Fori da Silva,  
nacionalidade: brasileiro, estado civil: solteiro, profissão:  
aux. operacional, portador da cédula de identidade nº 5295643 SSP-PE  
órgão emissor SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.756.104-01, residente e domiciliado  
à Rua Santa Fé nº 656, Bairro:  
Lapinha Novo, CEP: 54330-675, Cidade-UF:  
Fabrizio dos Guararapes-PE e-mail (s):

**OUTORGADOS:** ELAINE LOPES DE ARAÚJO SILVA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE sob nº 39.210, DAIANE DE ANDRADE OLIVEIRA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE sob nº 40.099, CARLOS ADRIANO PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob nº 47.630, ambos com escritório profissional na Avenida Liberdade, 950, Casa 12, Sancho, Recife/PE, CEP 50920-310, e-mail (s): eletrônicos: elainelopes.jur@gmail.com / daianealiver@gmail.com / carlosadryon@hotmail.com.

**PODERES:** Pelo presente instrumento a **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seus bastantes procuradores os **OUTORGADOS**, conferindo-lhes amplos poderes para o fiel cumprimento do mandato, bem como para foro em geral, e os especiais para confessar, transigir, desistir, renunciar, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme artigo 105 do Código de Processo Civil - CPC, receber intimações, praticar todos os atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, órgãos da Administração Direta ou Indireta, inclusive Autarquias, atos perante particulares ou empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, recorrer a quaisquer instâncias e Tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente e substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes, dando tudo ou por valioso, com fim específico para ajuizar Ação de cobrança, podendo concluir, receber pagamento, Alvará, tudo em proteção ao direito pleiteado.

Por fim, a **OUTORGANTE** autoriza desde já, aos **OUTORGADOS** em seu nome, requerer o benefício da justiça gratuita, nos termos dos artigos 98 a 102 do CPC.

Recife, 18 de Dezembro de 2019.

X Marco Fori da Silva  
Endereço profissional: Avenida Liberdade, 950, Casa 12, Sancho, Recife/PE  
Telefones: (81) 9 8412-6880, 9 9866-9789 / 9 8316-7509

1

Scanned by CamScanner







INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

## COMUNICAÇÃO DE DECISÃO

NIT: 12905347459

Número do Benefício: 6233135625

Espécie: 31

Número do Requerimento: 188616704

Ao Sr. (a): MARCOS JOSE DA SILVA

Endereço: SANTA FE 656 CASA, CAJUEIRO SECO

CEP: 54330675

Município: JABOATAO DOS GUARARAPES

UF: PE

Assunto: Pedido de Auxílio - Doença

Decisão: Deferimento do Pedido

Motivo: Constatação de incapacidade laborativa

**Fundamentação Legal:** Art.59 da Lei Nº8.213, de 24/07/1991; Artigos 71, 77 e 78 do Decreto Nº3.048, de 06/05/1999; Portaria Ministerial 359 de 31/08/2006, artigo 207, da IN 20 INSS/PRES.

Em atenção ao seu pedido de Auxílio-Doença, apresentado no dia 25/05/2018, informamos que foi reconhecido o direito ao benefício, tendo em vista que foi constatada incapacidade para o trabalho.

O benefício foi concedido até 12/10/2018.

Se nos 15(quinze) dias finais até a Data da Cessação do benefício (12/10/2018), V.Sa. ainda se considerar incapacitado para o trabalho, poderá requerer novo exame médico-pericial, mediante formalização de Solicitação de Prorrogação.

A partir de 12/10/2018 (data da cessação do benefício) e pelo prazo de 30 (trinta) dias, V. Sa. poderá interpor Recurso à Junta de Recursos da Previdência Social.

O requerimento de Solicitação de Prorrogação poderá ser feito ligando para o número 135 da Central de Atendimento do INSS; ou pela Internet no endereço [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br) ou uma Agência da Previdência Social - APS.

A Previdência Social informa que o(a) segurado(a) em Auxílio Doença que retomar voluntariamente à mesma atividade, poderá ter seu Auxílio cancelado a partir da data do retorno, de acordo com os §§ 6º e 7º do art. 60 da Lei nº 8213/91, com redação dada pela Lei nº 13135/15.

Data, 12 de Junho de 2018

### INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Agência da Previdência: RECIFE AFOGADOS  
CEP: 50770150

Município: RECIFE

Endereço: R JOAO CARLOS GUIMARAES, 147  
UF: PE AFOGADOS

Termo de Responsabilidade: Responsabilizo-me, sob as penas do Artigo 171 do Código Penal, pela veracidade da documentação apresentada para a solicitação do benefício acima descrito.  
Ciente,

Assinatura do Requerente / Representante Legal

Scanned by CamScanner



12/06/2018

CAT2018209751001.htm

## Comunicação de Acidente de Trabalho

Número da CAT:2018.209.751-0/01

## Informações do Emitente

Emitente	1 - Empregador	Data Emissão	11/06/2018
Tipo de CAT	1 - Inicial	Comunicação Óbito	
Filiação	1 - Empregado	E-mail	JAOGIRAO@GMAIL.COM

## Informações do Empregador

Razão Social/Nome	FRIGO FRIO COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EIRELI		
Tipo/Num. Doc.	1 - CGC/CNPJ 275835840001-21	CNAE	33210
CEP	50020630	Endereço	TV ARSENAL DE GUERRA 135 SALA 511
Bairro	SAO JOSE	Estado	PE
Município	RECIFE	Telefone	0081-30930054

## Informações do Acidentado

Nome	MARCOS JOSE DA SILVA	Data Nascimento	12/12/1978
Nome da Mãe	JURACI MARIA DA SILVA	Sexo	Masc
Grau de Instrução	7 - Ensino médio incompleto		
Estado Civil	Solteiro	Remuneração	1.500,00
CTPS	065424 Série: 00063 Dt emissão: UF: PE	Identidade	5295643 Dt emissão: Org Exp: 01 UF: PE
PIS/PASEP/NIT	1290534745-9	Endereço	R SANTA FE
Bairro	CAJUEIRO SECO	CEP	54330675
Estado	PE	Município	JABOATÃO DOS GUARARAPES
Telefone	-	CBO	725420 - MECANICO MONTADOR DE TURBOALIMENTADORES
Aposentado	Não	Área	Urbana

## Informações do Acidente

Data do Acidente	12/05/2018	Hora do Acidente	13:30
Horas Trabalhadas	04:00	Tipo	3 - Trajeto
Houve afastamento?	Sim	Reg. Policial	Não
Local do Acidente	3 - Área Pública	Esp. Local	EM FRENTE A EMPRESA
CGC da Prestadora	CNPJ - -	UF do Acidente	PE
Município do Acidente	RECIFE	Último dia	12/05/2018
Parte do Corpo	75.70.10.000 - PERNA (ENTRE O TORNOZELO E A PELVIS)	Trabalhado/Dt Óbito	
Agente Causador	30.20.10.200 - RUA E ESTRADA - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA S		
Sit. Gerador	20.00.20.500 - APRISIONAMENTO EM, SOBRE OU ENTRE		
Morte	Não	Data Óbito	

Local e Data

27.583.584/0001-21  
 Frigo Frio Comércio e Assistência  
 Tecnica Eireli - ME  
 R. Major Celso Câmara Lima, 141  
 Prazeres CEP: 54330-214  
 Jaboatão dos Guararapes- PE

## Informações do Atestado Médico

Unidade	HOSP MIGUEL ARRAES	Data Atendimento	12/06/2018
Hora Atend.	16:00	Houve Internação?	Não
Deverá o acidentado afastar-se durante o tratamento?	Sim - 090 dia(s)		
Nat. Lesão	70.20.35.000 - FRATURA		
CID - 10	S72.4 - Fratura da extremidade distal do fêmur		
Observações	DA TIBIA PERONEO E PATELA	CRM	0000026564 - UF: PE

Scanned by CamScanner



## Comunicação de Acidente de Trabalho

Número da CAT:2018.209.751-0/01

## Informações do Emitente

Emitente	1 - Empregador	Data Emissão	11/06/2018
Tipo de CAT	1 - Inicial	Comunicação Óbito	
Filiação	1 - Empregado	E-mail	JAOGIRAO@GMAIL.COM

## Informações do Empregador

Razão Social/Nome	FRIGO FRIO COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EIRELI		
Tipo/Num. Doc.	1 - CGC/CNPJ 275835840001-21	CNAE	33210
CEP	50020630	Endereço	TV ARSENAL DE GUERRA 135 SALA 511
Bairro	SAO JOSE	Estado	PE
Município	RECIFE	Telefone	0081-30930054

## Informações do Acidentado

Nome	MARCOS JOSE DA SILVA	Data Nascimento	12/12/1978
Nome da Mãe	JURACI MARIA DA SILVA	Sexo	Masc
Grau de Instrução	7 - Ensino médio incompleto		
Estado Civil	Solteiro	Remuneração	1.500,00
CTPS	065424 Série: 00063 Dt emissão: UF: PE	Identidade	5295643 Dt emissão: Órg Exp: 01 UF: PE
PIS/PASEP/NIT	1290534745-9	Endereço	R SANTA FE
Bairro	CAJUEIRO SECO	CEP	54330675
Estado	PE	Município	JABOATÃO DOS GUARARAPES
Telefone	-	CBO	725420 - MECANICO MONTADOR DE TURBOALIMENTADORES
Aposentado	Não	Área	Urbana

## Informações do Acidente

Data do Acidente	12/05/2018	Hora do Acidente	13:30
Horas Trabalhadas	04:00	Tipo	3 - Trajeto
Houve afastamento?	Sim	Reg. Policial	Não
Local do Acidente	3 - Área Pública	Esp. Local	EM FRENTE A EMPRESA
CGC da Prestadora	CNPJ - -	UF do Acidente	PE
Município do Acidente	RECIFE	Último dia	12/05/2018
Parte do Corpo	75.70.10.000 - PERNA (ENTRE O TORNOZELO E A PELVIS)	Trabalhado/Dt Óbito	
Agente Causador	30.20.10.200 - RUA E ESTRADA - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA S		
Sit. Gerador	20.00.20.500 - APRISIONAMENTO EM, SOBRE OU ENTRE		
Morte	Não	Data Óbito	

27.583.584/0001-21  
 Frigo Frio Comércio e Assistência  
 Tecnica Eireli - ME  
 R. Major Celso Câmara Lima, 141  
 Prazeres, CEP: 54330-214  
 Jaboatão dos Guararapes - PE

Local e Data

## Informações do Atestado Médico

Unidade	HOSP MIGUEL ARRAES	Data Atend.	12/05/2018
Hora Atend.	16:00	Houve Internação?	Não
Deverá o acidentado afastar-se durante o tratamento?	Sim - 090 dia(s)		
Nat. Lesão	70.20.35.000 - FRATURA		
CID - 10	S72.4 - Fratura da extremidade distal do fêmur		
Observações	DA TIBIA PERONEO E PATELA	CRM	0000026564 - UF: PE

Local e Data

Assinatura(\*) e carimbo (legível) do médico com CRM/UF

Cadastrada em 11/06/2018 às 17:38:49

\* A apresentação do atestado médico original, com as informações de identificação do médico assistente, substitui o preenchimento deste campo.

A impressão desta CAT deverá ser apresentada juntamente com o(s) documento(s) original(is) referente ao Segurado, para requerer o benefício acidentário junto à Agência da Previdência Social.



Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispoem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



## MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



65424

00063

Número

Série



*Amorcas José da Silva*  
ASSINATURA DO PORTADOR

Scanned by CamScanner



# QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Marcos José da Silva

Loc. Nasc. Jaraguá Est. PC Data 12/12/78

Filiação José Joaquim da Silva - Juazeiro

Doc. nº RG 5.295.643/SSP/PC

## ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em...../...../..... Doc. Ident. nº.....

Exp. em...../...../..... Estado.....

Obs. ....

Data Emissão 23/05/98 DRT PC

Silvanete Mender Ferreira  
Assinatura do Funcionário  
Mat. 9942-2

## ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE (Com relação nome, est. civil e data nasc.)

9

Nome.....

Doc.....

Nome.....

Doc.....

Nome.....

Doc.....

Est. Civil.....

Nome.....

Doc.....

Est. Civil.....

Nome.....

Doc.....

Nascimento.....



## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador..... ECOSERV GESTÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI  
 C.N.P.J..... 07.416.434/0001-16  
 Endereço..... RUA DR.GERALDO DE ANDRADE, Nº 203  
 Bairro..... ESPINHEIRO  
 Cidade..... RECIFE - PE  
 Cargo..... AUXILIAR OPERACIONAL  
 CBO..... 4141-40  
 Data Admissao: 24/10/2017  
 Nº Registro..... 2309  
 Salario..... R\$958,37(Novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos .) por mês.

**ECOSERV Gestão de Mão de Obra Eireli**

ECOSERV GESTÃO DE MÃO DE OBRAS LTDA

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....  
 Data saída 26 de dezembro de 2017

Daniela Barros  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 CPF: 055.861.844-79

1º ..... 2º .....  
 Com. Dispensa CD Nº.....

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador [27.583.584/0001-21]  
 Frigo Frio Comércio e Assistência  
 CGC/MF..... Tecna Eireli - ME  
 Rua..... R. Major Celso Câmara Lima, 1411  
 Município..... Prazeres CEP: 54330-214  
 Esp. do estabelecimento..... Jaboatão dos Guararapes - PE  
 Cargo..... Auxiliar Operacional  
 CBO nº..... 4141-40  
 Data admissão 02 de Abril de 2018  
 Registro nº..... 01 Fls./Ficha..... 07  
 Remuneração especificada R\$ 1.500,00  
 (Hum mil e quinhentas  
 Reais) mensal  
 Bruno Araújo de Brito Costa  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....  
 Data saída ..... de ..... de 19 .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....  
 Com. Dispensa CD Nº.....

24

## ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01.04.2007 Para R\$ 390,00  
 Na função de Zelador  
 CBO Coletivo por motivo de Dissídio

COND. EDF. SÃO CARLOS DE PAULA

Aumentado em 01.03.09 Para R\$ 573,34  
 Na função de MEIO OFICIAL

CBO por motivo de CLASSIFICAÇÃO  
 C.S. DA SILVA CONSTRUÇÕES

Fabrizio L. Carvalho  
 Eng. Escritório  
 Assinatura do empregador

Aumentado em 01.02.10 Para R\$ 719,40  
 Na função de ARMADOR

CBO por motivo de CLASSIFICAÇÃO  
 C. S. Da Silva Construções

Ricardo  
 Eng. Escritório  
 Assinatura do empregador

Aumentado em 01.08.10 Para R\$ 792,00  
 Na função de ARMADOR

CBO por motivo de Dissídio  
 C. S. Da Silva Construções

Ricardo  
 Eng. Escritório  
 Assinatura do empregador

25

## ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01.08.11 Para R\$ 891,60  
 Na função de ARMADOR  
 CBO por motivo de Dissídio

C.S. Da Silva Construções

Ricardo  
 Eng. Escritório  
 Assinatura do empregador

Aumentado em 01.11.2013 Para R\$ 1.316,04

Na função de A MESMA

CBO por motivo de Dissídio  
 Coletivo

FUNDACÕES ESPECIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Aumentado em 01.12.2013 Para R\$ 1.400,00

Na função de A MESMA

CBO por motivo de Espontâneo

FUNDACÕES ESPECIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Aumentado em 01.11.14 Para R\$ 1.534,40

Na função de A MESMA

CBO por motivo de Dissídio

COLETIVO

FUNDACÕES ESPECIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Scanned by CamScanner



**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA**

Eu, Marcos José da Silva, brasileiro, av. operacional titular da cédula de identidade civil nº 5295643 SSP-PE inscrita no CPF/MF sob o nº 035.756.104-01, residente e domiciliado(a) à Rua Santa Fe nº 656, Povoado Novo, J. Guara-rape, CEP 54330-675, **DECLARO**, nos termos das Leis nº 1.060/50, Art. 4º e n.º 7.115/83 e, para os devidos fins, de que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício do meu sustento e de minha família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira a responsabilidade pelas declarações acima, sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Recife, 18 de Dezembro de 2019.

Marcos José da Silva





# República Federativa do Brasil

Estado de Pernambuco  
**REGISTRO CIVIL**

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE PORTA LARGA - 2º DISTRITO - PRAZERES

Fone: (81) 3461-1048

Rua Paes Leme, 54 - CEP. 54.315 - 441 - Porta Larga - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes - PE

Romildo Pacheco da Silveira  
INTERVENTOR

## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Livro 197A Folha 225V Termo 232.284

Certifico que do Livro de Registro de Nascimento deste distrito, foi lavrado o assento de

MAYRA SOPHIA REMONDINO DA SILVA

Nascido (a) no dia 18 de junho de 2009

às horas 02:35 h - Sexo Feminino

Local Hospital do Presidente Antônio Carlos - Olinda  
Pernambuco

Genitor MARCELO JOSE DA SILVA

Genitora SHIRLENE REMONDINO DA SILVA

Avô Paterno JOSE JOAQUIM DA SILVA

Avô Paterna JOSEFA MARIA DA SILVA

Avô Materno JOSE REMONDINO DA SILVA

Avô Materna JOSEFA REMONDINO DA SILVA

Declaração de Nascido Vivo Nº 00-4 448.6895 - 0

Testemunha Os pais no termo

Testemunha -

Foi declarante O genitor

Obs.: -

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES  
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Ref. José Eduardo Lopo Malta - TABELÃO PÚBLICO  
Ref. José Amaro da Silva - Ref. Pedro Malta Filho - Ricardo Tamas da Silva - Substitutos  
Rua Álvaro Lima de Andrade, 111 - Prédio - Jaboatão dos Guararapes/PE  
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e do  
fe 29/05/2018, 10:27:04 ESCRITURA MARIA DE FÁTIMA SILVA  
SANTANA Empl. 2,90, TSHR 0,68, FERC 0,34 Total 4,02  
Selo: 0074249.YZX05201803.00425 - Consulta autenticidade em  
<http://www.tjpe.jus.br/selodigital>



ATO GRATUITO  
AAL068798

Registro foi feito no dia 06/06/2009

Jaboatão dos Guararapes de junho de 2009

VÁLIDO SOMENTE COM SÉLO DE  
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Cartório Registro Civil  
2º Distrito de Porta Larga  
Romildo Pacheco da Silveira

Cartório Registro Civil  
2º Distrito de Porta Larga  
Romildo Pacheco da Silveira  
Interventor

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Estado de Pernambuco

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: ELAINE LOPES DE ARAUJO SILVA - 19/12/2019 22:41:34

<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121922413424000000054942064>

Número do documento: 19121922413424000000054942064

Num. 55846036 - Pág. 1





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL  
ESTADO DE PERNAMBUCO

MUNICÍPIO DE JABOATÃO DISTRITO DE MURIBECA DOS GUARARAPES

NASCIMENTO N.º 223.603

Angela da Cunha e Souza Jozinar Oliveira de Souza

Oficial de Registro Civil

Substituta

Rua - Paes Leme, 54 - CEP: 54.315-441 - Fone: 3461.1048 - Porta larga - Prazeres - PE

CERTIFICO, QUE ÀS FOLHAS 155V DO LIVRO N.º 190A DO REGISTRO

DE NASCIMENTO FOI FEITO HOJE O ASSENTO DE

marcelo da Silva

NASCID. O AS - 12 DE Agosto de 2004

- 12 - 08 - 2004

AS 15 HORAS

EM Hospital de Cirurgia Geral - Pernambuco

co

DO SEXO masculino

FILH DE Marcelo da Silva

NATURAL desta cidade

E DE DONA Espiridione da Silva

NATURAL desta cidade

SÃO AVÓS PATERNOS José Joaquim da Silva

E DONA Juaci Maria da Silva

SÃO AVÓS MATERNO José Beneditino Vale

E DONA Rosângela Lauretiana da Conceição

FOI DECLARANTE genitor

E SERVIRAM TESTEMUNHAS os presentes no Termo

OBSERVAÇÕES

Válido Se

Autenticidade e fidedignação

AAC012450

O REFERIDO É VERDADE E DO

28 DE Agosto de 2004

PRAZERES

Angela da Cunha e Souza

Oficial do Registro Civil

Oficial de Registro Civil e Tabelão do 2.º Distrit

Prazeres - Estado de Pernambuco

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fe 29/05/2018 10:27:04 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,90, TSMR 0,68, FERC 0,34 Total 4,09 Selo:0074849.WIV05201803.00424 Consulta Autenticidade em <http://www.tipe.jus.br/selodigital>.

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES  
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo de Souza - Tabelão Público  
Bel. José Alvaro da Silva - Bel. Paulo Roberto da Silva - Substitutos  
Rua Aarão Lima de Andrade, 581 - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE  
Fones: (51) 3035-9300 - Fax: (51) 3035-9302



# ESCOLA ATUALIZADA

## Estabelecimento de Ensino

240 de 22/01/2003 - 868 de 14/02/2007

Portaria de funcionamento

25/01/2003 - 15/02/2007

Publicada em: Diário Oficial

102.614.145/0001-08

Cadastro Escolar n.º P.106.466

Aut. Func. Port. 868 de 14/02/2007  
D.O. 15/02/2007 Cód. Escolar P.106.466

ESCOLA ATUALIZADA

Rua 15 de Novembro, 562  
Cajueiro Seco

Jardim dos Guararapes-PE

## Histórico Escolar do Ensino Fundamental

Certificamos que: MAYRA SOPHIA BERNARDINO DA SILVA

Filiação: MARCOS JOSÉ DA SILVA e de SHIRLENE BERNARDINO VALE

Nascido em: 18/06/2009 Natural: OLINDA UF. PE

Concluiu o 3º ano do Ensino Fundamental, nos termos da Lei Federal n.9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

### Informações Complementares

-Formas de Acesso.

Classificação \_\_\_\_\_

Reclassificação \_\_\_\_\_

Educação Física:

SIM ( )

NÃO ( )

BASE LEGAL: 9.394/96

- Ensino Religioso:

SIM ( )

NÃO ( )

Observações:

Scanned by CamScanner





# HISTORICO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

DISCIPLINAS	BASE NACIONAL COMUM										PARTE DIVERSIFICADA					
	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTES	EDUCAÇÃO FÍSICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	ENSINO RELIGIOSO				LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS	LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL			
1º ANO	Nota 9,5	9,0	10,0	9,0	9,0	9,5	9,5	9,5	xxx	xxx	xxx	9,0	xxx	Xxx	xxx	
	Horas Letivas: 800 98 % Frequência										Resultado Final: Progressão Plena ( X ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )					
	Estabelecimento: EDUCANDARIO SOBERANO										- cidade : JABOATÃO DOS GUARARAPES UF. PE ANO: 2016					
2º ANO	Nota 10,0	9,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	Xxx	xxx	xxx	10,0	xxx	Xxx	xxx	
	Horas Letivas: 800 98 % Frequência										Resultado Final: Progressão Plena ( X ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )					
	Estabelecimento: ESCOLA ATUALIZADA										- cidade : JABOATÃO DOS GUARARAPES UF. PE ANO: 2017					
3º ANO	Nota 10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	Xxx	xxx	xxx	10,0	xxx	Xxx	xxx	
	Horas Letivas: 800 98 % Frequência										Resultado Final: Progressão Plena ( X ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )					
	Estabelecimento: ESCOLA ATUALIZADA										- cidade : JABOATÃO DOS GUARARAPES UF. PE ANO: 2018					
4º ANO	Nota								XX	XX	XX		XX	XX	XX	
	Horas Letivas: 800 % Frequência										Resultado Final: Progressão Plena ( ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )					
	Estabelecimento:										- cidade : UF. PE ANO:					
5º ANO	Nota															
	Horas Letivas: 800 98 % Frequência										Resultado Final: Progressão Plena ( ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )					
	Estabelecimento:										- cidade : UF. ANO:					
6º ANO	Nota															
	C/H															
	Horas Letivas: 800 % Frequência										Resultado Final: Progressão Plena ( ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )					
	Estabelecimento:										- cidade : UF. PE ANO:					
7º ANO	nota															
	C/H															
	Horas Letivas: 800 % Frequência										Resultado Final: Progressão Plena ( ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )					
	Estabelecimento:										- cidade : UF ANO:					
8º ANO	nota															
	C/H															
	Horas Letivas: % de FREQUÊNCIA										Resultado Final: Progressão Plena ( ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )					
	Estabelecimento										- cidade : UF. ANO:					
9º ANO	nota															
	C/H															
	Horas Letivas: % Frequência										Resultado Final: Progressão Plena ( ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )					
	Estabelecimento:										- cidade : UF. ANO:					

## REGISTRO DA PROGRESSÃO PARCIAL E EXAME ESPECIAL

ANO	SÉRIE	ANO	DISCIPLINA	NOTA	RESULTADO	UNIDADE ESCOLAR

JABOATÃO DOS GUARARAPES, 18 de Janeiro de 2019

Claudete R. Albuquerque da Silva  
 Aut. 967/197  
 CLAUDETE R. ALBUQUERQUE DA SILVA  
 GESTORA ESCOLAR



# ESCOLA ATUALIZADA

## Estabelecimento de Ensino

240 de 22/01/2003 - 868 de 14/02/2007

Portaria de funcionamento

25/01/2003 - 15/02/2007

Publicação no Diário Oficial

02.614.145/0001-08

Aut. Func. Port. 868 de 14/02/2007

D.O. 15/02/2007 Cód. Escolar P. 106-466

Cadastro Escolar n. ° P.106.466

ESCOLA ATUALIZADA

Rua 15 de Novembro, 562

Cajueiro Seco

Ilha de Itaipava - Guararapes-PE

## Histórico Escolar do Ensino Fundamental

Certificamos que: MARCOS JOSÉ BERNARDINO DA SILVA

Filiação: MARCOS JOSÉ DA SILVA e de SHIRLENE BERNARDINO VALE

Nascido em: 12/08/2007 Natural: RECIFE UF. PE

Concluiu o 5º ano do Ensino Fundamental, nos termos da Lei Federal n.9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

### Informações Complementares

-Formas de Acesso.

Classificação \_\_\_\_\_

Reclassificação \_\_\_\_\_

Educação Física: SIM ( ) NÃO ( )

BASE LEGAL: 9.394/96

- Ensino Religioso: SIM ( ) NÃO ( )

Observações:

Scanned by CamScanner





# HISTORICO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

DISCIPLINAS	BASE NACIONAL COMUM											PARTE DIVERSIFICADA			
	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTES	EDUCAÇÃO FÍSICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	ENSINO RELIGIOSO				LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS	LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL		

1º ANO	Nota	9,0	8,0	8,5	9,5	9,0	9,0	8,0	9,0	Xxx	xxx	xxx	9,0	xxx	Xxx	xxx	
Horas Letivas: 800		98 %		Frequência		Resultado Final: Progressão Plena ( X ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )											
Estabelecimento: EDUCANDÁRIO SOBERANO		- cidade : JABOATÃO DOS GUARARAPES											UF. PE		ANO: 2014		
2º ANO	Nota	7,0	8,0	8,0	7,5	9,0	8,0	7,5	8,0	Xxx	xxx	xxx	8,0	xxx	Xxx	xxx	
Horas Letivas: 800		98 %		Frequência		Resultado Final: Progressão Plena ( X ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )											
Estabelecimento: EDUCANDÁRIO SOBERANO		- cidade : JABOATÃO DOS GUARARAPES											UF. PE		ANO: 2015		
3º ANO	Nota	8,5	10,0	10,0	8,5	8,5	8,5	8,5	9,0	Xxx	xxx	xxx	8,5	xxx	Xxx	xxx	
Horas Letivas: 800		98 %		Frequência		Resultado Final: Progressão Plena ( X ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )											
Estabelecimento: EDUCANDÁRIO SOBERANO		- cidade : JABOATÃO DOS GUARARAPES											UF. PE		ANO: 2016		
4º ANO	Nota	8,0	8,5	7,5	7,0	8,0	7,5	7,5	7,5	XX	XX	XX	9,0	XX	XX	XX	
Horas Letivas: 800		98 %		Frequência		Resultado Final: Progressão Plena ( X ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )											
Estabelecimento: ESCOLA ATUALIZADA		- cidade : JABOATÃO DOS GUARARAPES											UF. PE		ANO: 2017		
5º ANO	Nota	7,5	9,0	9,0	9,0	9,0	9,5	7,5	9,0	XXX	XXX	XXX	9,5	XXX	XXX	XXX	
Horas Letivas: 800		98 %		Frequência		Resultado Final: Progressão Plena ( X ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )											
Estabelecimento: ESCOLA ATUALIZADA		- cidade : JABOATÃO DOS GUARARAPES											UF. PE		ANO: 2018		
6º ANO	Nota																
C/H																	
Horas Letivas: 800		% Frequência		Resultado Final: Progressão Plena ( ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )													
Estabelecimento:		- cidade :											UF. PE		ANO:		
7º ANO	nota																
C/H																	
Horas Letivas: 800		% Frequência		Resultado Final: Progressão Plena ( ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )													
Estabelecimento:		- cidade :											UF		ANO:		
8º ANO	nota																
C/H																	
Horas Letivas:		% de FREQUÊNCIA		Resultado Final: Progressão Plena ( ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )													
Estabelecimento		- cidade:											UF.		ANO:		
9º ANO	nota																
C/H																	
Horas Letivas:		% Frequência		Resultado Final: Progressão Plena ( ) Progressão Parcial ( ) Reprovado ( )													
Estabelecimento:		- cidade :											UF.		ANO:		

## REGISTRO DA PROGRESSÃO PARCIAL E EXAME ESPECIAL

ANO	SÉRIE	ANO	DISCIPLINA	NOTA	RESULTADO	UNIDADE ESCOLAR

JABOATÃO DOS GUARARAPES, 18 de Janeiro de 2019

Claudete R. Albuquerque da Silva

SECRETÁRIA

DIRETORA

Aut. 267/11  
Claudete R. Albuquerque da Silva  
-GESTORA ESCOLAR-

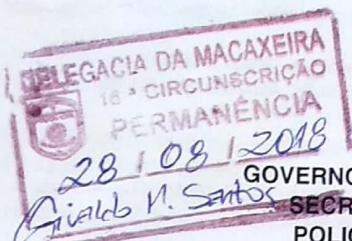
Aut. 267/11  
Claudete R. Albuquerque da Silva  
-GESTORA ESCOLAR-

Aut.

Scanned by CamScanner







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 018ª CIRCUNSCRIÇÃO - MACAXEIRA - DP18ªCIRC  
DIM/5ªDESEC

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 18E0108001870**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **28/08/2018** às **11:44**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia **12/5/2018** às **13:15**

Fato ocorrido no endereço: **ESTRADA DE MUMBECA, 01** - Bairro: **GUABIRABA** -  
**RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

PESSOA DESCONHECIDA (AUTOR \ AGENTE)  
APOLINARIO PEDRO DA SILVA (OUTRO)  
MARCOS JOSÉ DA SILVA (VITIMA)

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): PESSOA  
DESCONHECIDA  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): MARCOS JOSÉ DA  
SILVA

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**MARCOS JOSÉ DA SILVA (presente ao plantão)** - Sexo: **Masculino** Mãe: **JURACI MARIA DA SILVA** Pai:  
**JOSÉ JOAQUIM DA SILVA** Data de Nascimento: **12/12/1978** Naturalidade: **JABOATÃO DOS GUARARAPES /**  
**PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **5295643/SSP/PE (RG), 03575610401 (CPF)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)**  
Escolaridade: **2º. GRAU COMPLETO** Profissão: **OUTRAS PROFISSOES** Telefones Celulares:  
**- 81987395132**

Endereço Residencial: **RUA SANTA FE, 656 - CEP: 55000-000 - Bairro: CAJUEIRO SECO - JABOATÃO DOS**  
**GUARARAPES/PERNAMBUCO/BRASIL**

**PESSOA DESCONHECIDA (não presente ao plantão)** - Sexo: **Masculino** Naturalidade: **NÃO INFORMADO /**  
**PERNAMBUCO / BRASIL**

**APOLINARIO PEDRO DA SILVA (não presente ao plantão)** - Sexo: **Masculino** Naturalidade: **NÃO**  
**INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**VEÍCULO 01 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **APOLINARIO PEDRO DA SILVA**, que estava em posse  
do(a) Sr(a): **MARCOS JOSÉ DA SILVA**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **Não**



Cor: **CINZA** - Quantidade: **01 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KKW9028** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO) Renavam: **934916055** Chassi: **9C2KC08108R027089**  
Combustível: **GASOLINA**

Descrição: **MODELO/MARCA: HONDA CG 150 TITAN KS OBS: O VEÍCULO APRESENTE UM COMUNICADO DE VENDA NO NOME DA SRª BRUNA ARAGÃO DE BRITO COSTA.**

**VEÍCULO 02 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **PESSOA DESCONHECIDA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **PESSOA DESCONHECIDA**

Categoria/Marca/Modelo: **CAMINHÃO/VW/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **BRANCA** - Quantidade: **01 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

### Complemento / Observação

DECLARA O SR. MARCOS JOSÉ DA SILVA QUE PIOLTAVA A MOTOCICLETA PLACA: KKW-9028 DE PROPRIEDADE DO SR. APOLINARIO PEDRO DA SILVA NO LOCAL ACIMA CITADO, QUANDO UM CAMINHÃO, DE COR BRANCA, PLACA NÃO ANOTADA COLIDIU NA REFERIDA MOTOCICLETA. A VÍTIMA APRESENTAVA FRATURA EXPERTA FÊMUR, PATELA DIREITA E DO PLANALTO TIBIAL DIREITO. O MESMO FOI ATENDIDO PELO SAMU/PAULISTA E CONDUZIDO PARA O HOSPITAL METROPOLITANO MIGUEL ARRAES. A VÍTIMA APRESENTOU A DECLARAÇÃO DO SAMU/PAULISTA Nº 10.08.2018 E A FICHA DE ATENDIMENTO DO HOSPITAL MIGUEL ARRAES Nº 428214. NADA MAIS DIGNO DE REGISTRO, ENCERRO O PRESENTE.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**MARCOS JOSÉ DA SILVA**  
(VÍTIMA)

*Marcos José da Silva*

B.O. registrado por: **GIVALDO MARCELINO DOS SANTOS - MAT. 153002-0**

*Givaldo*







Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner

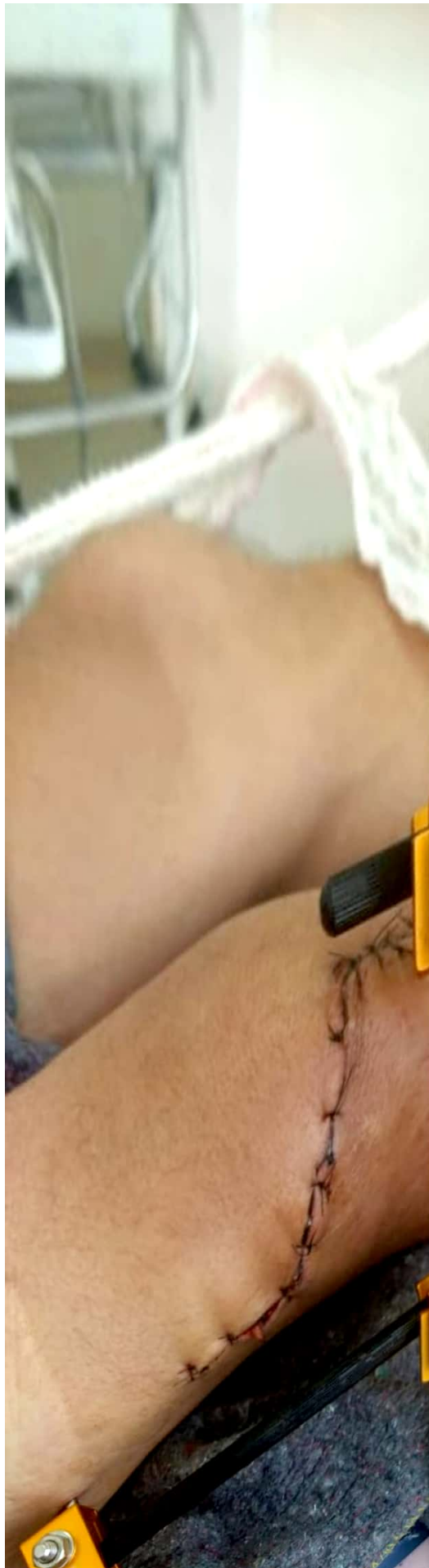




Scanned by CamScanner







Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner







Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner







Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: ELAINE LOPES DE ARAUJO SILVA - 19/12/2019 22:41:34  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121922413456700000054942066>  
Número do documento: 19121922413456700000054942066



Nome: MARCOS JOSE DA SILVA ID: 114885 Data: 12/11/2016 14:38:58  
Nasc: 12/12/1978 Sexo: M

RADIOGRAFIA COMPUTADORIZADA DIGITAL HOSPITAL MIGUEL ARRAES

Serviço de Imagem

Raios X

Tomografia

Endoscopia

Ultrassonografia

Ecocardiograma

Rua da Fazendinha S/N, Jaguaribe, Paulista-PE, CEP: 55010-000

PABX: 81-3181-9600/FAX: 3181-9617



hma.imip.org.br

Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner





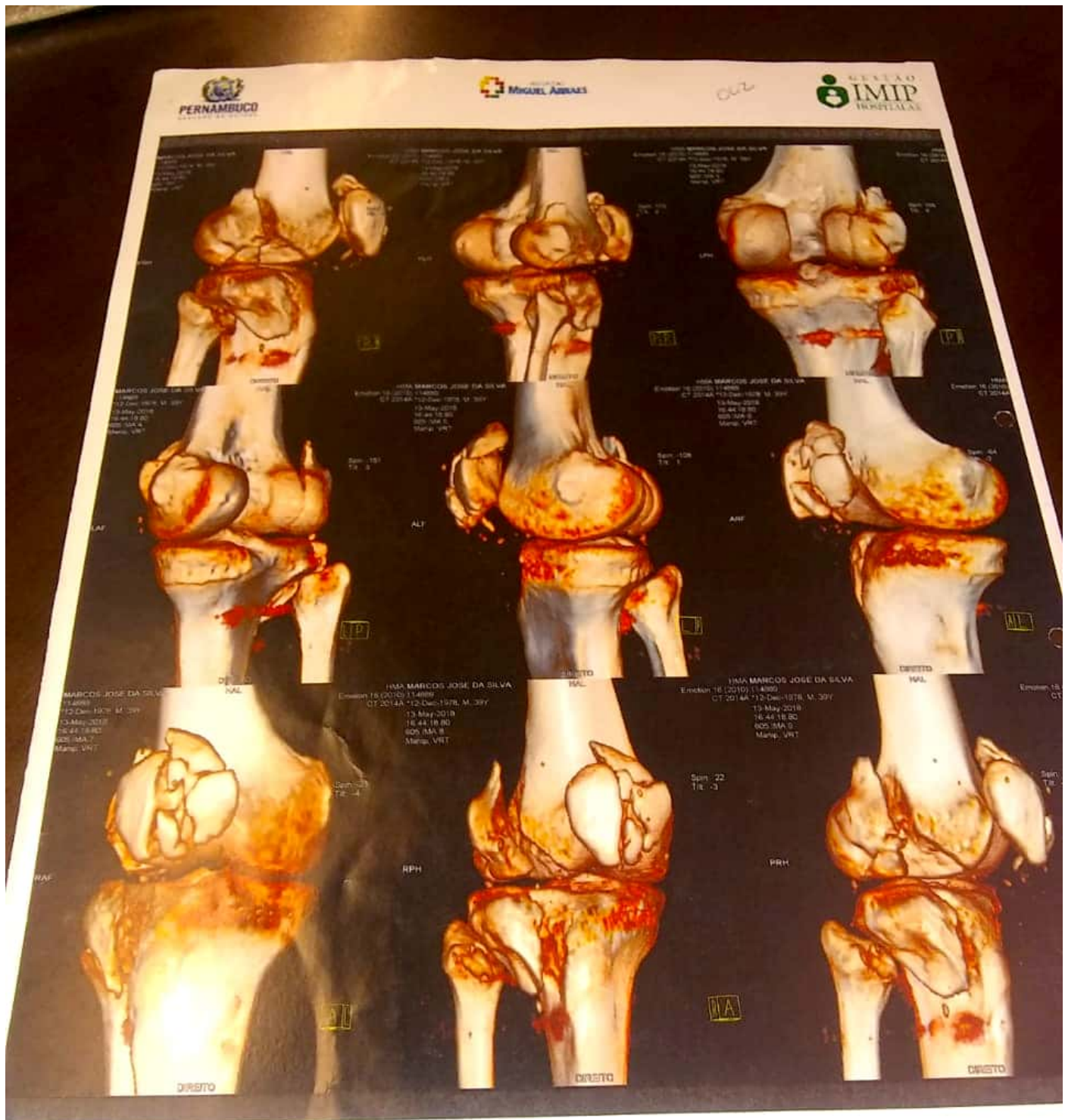


Rua Estrada da Fazendinha, S/N - Jaguaribe  
Cep:53413-000 - Paulista/PE

Scanned by CamScanner







Rua Estrada da Fazendinha, S/N - Jaguaribe  
Cep:53413-000 - Paulista/PE

Scanned by CamScanner







CÓPIA AUTÊNTICA



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
DIRETORIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL ANTÔNIO PERSIVO CUNHA

EXAME COMPLEMENTAR Nº 11318 / 2019  
REFERENTE AO LAUDO Nº / 2019

REQUISITADO POR: DELEGACIA DE POLÍCIA DA 018A. CIRCUNSCRIÇÃO - MACAXEIRA  
Ofício nº. 003 / 2019 Data 14 / 3 / 2019  
ENCAMINHAR PARA: DELEGACIA DE POLÍCIA DA 018A. CIRCUNSCRIÇÃO - MACAXEIRA

O médico legista abaixo assinado, cumprindo determinação do Diretor do Instituto de Medicina Legal Antônio Persivo Cunha, de acordo com o disposto na legislação vigente, examinando às 06:09 do dia 14 de Março de 2019, na seção de Clínica Médico-legal, procederam o exame de **MARCOS JOSE DA SILVA** filho (a) de **JOSE JOAQUIM DA SILVA** e de **JURACI MARIA DA SILVA** de cor, **NÃO INFORMADO**, sexo **Masculino**, cabelo **NÃO INFORMADO**, estado civil **Solteiro (a)**, aparentando a idade de **40 Anos**, peso **NÃO INFORMADO**, de estatura **NÃO INFORMADO**, natural de **JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE**, nacionalidade **BRASIL**, documento apresentado **RG: 5295643**, profissão **MECANICO**, vestes **NÃO INFORMADO**, sinais particulares **NÃO INFORMADO**, local de ocorrência **NÃO INFORMADO**, verificou o que, a seguir, descreve, pelo que responde a estes quesitos:

**HISTÓRICO:**

Periciando refere acidente de motocicleta no dia 12/05/2018; sendo atendido no Hospital Miguel Arraes com laudo de fratura exposta de patela direita, fêmur distal direito e platô tibial direito; foi submetido a tratamento cirúrgico com fixador externo, com placas e parafusos, assinado Dr. Ícaro Pereira, CRM-PE 26560. Apresenta atestado médico assinado pelo mesmo médico onde consta afastamento de suas atividades por noventa (90) dias. Laudo médico assinado pelo Dr. Fagner Athayde, CRM-PE 16863, datado de 17/12/2018 refere: "Apresenta como sequela atrose de joelho e rigidez articular do lado direito."

**DESCRIÇÃO**

**Exame Físico:**

Ao exame constatei a presença de cicatriz cirúrgica localizada em terço distal da coxa direita e terço proximal da perna direita de coloração arroxeada, hipertrófica, medindo 330 mm; atrofia da musculatura da coxa distal; restrição a mobilidade do joelho direito para flexão com comprometimento da marcha.

**DISCUSSÃO / CONCLUSÃO:**

As lesões descritas são consequência da fratura acima descrita devido acidente de motocicleta.

**QUESITOS:**

1º) Da ofensa à integridade corporal ou à saúde do periciando resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função; perigo de vida; incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias; aceleração de parto? (especificar)

SIM. A fratura descrita e o laudo médico referem noventa (90) dias de afastamento de suas atividades.

2º) Da ofensa resultou deformidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, enfermidade incurável, incapacidade permanente para o trabalho, aborto? (especificar)

SIM. A pseudo artrose pós trauma, descrita acima, é de difícil recuperação trazendo dificuldade para a marcha e a mobilização completa do membro afetado, limitando suas atividades.

6







HOSPITAL  
MIGUEL ARRAES



ATENDIMENTO: 423208

REGISTRO: 114889

PACIENTE.....: MARCOS JOSE DA SILVA

NASCIMENTO..: 12/12/1978 IDADE: 39 SEXO: MASCULINO

MÃE.....: JURACI MARIA DA SILVA

ENDEREÇO.....: RUA SANTA FE, NÚMERO: 656

BAIRRO.....: CAJUEIRO SECO

CIDADE.....: JABOATÃO DOS GUARARAPES

21 / Maio / de 20 18  
Data

A

B

C

D

E

Obs. O Doente só será atendido no dia marcado para  
consulta mediante a apresentação deste cartão





### Data da Consulta

Data	Hora	Serviço	Assinatura
28/05/18	13:00h	Contop -	
04/06/18	13:00hs	Contop.	
18/06/18	13:00hs	Contop.	
16/07/18	13:00h	Contop.	
27/08/18	13:00hs	Contop.	
17/09/18	13:00h	Contop.	
12/11/18	13:00h	Contop.	
17/12/18	13:00hs	Contop.	
18/03/19	13:00hs	Contop.	

### Data da Consulta

Data	Hora	Serviço	Assinatura

### IMUNIZAÇÃO

Doses	1ª	2ª	3ª	Ref.	Ref.	Ref.
BCG						
DDPT						
OPV						
VAV						
VAS						
PPD						
Tx.Dif.						
Tx.Tef.						
Tx.TD.						
VAR						

Observações:



**RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL**

Identificação do Emitente	
Nome Completo: _____	1ª Via - Farmácia
CRM: _____ UF: _____ Nº _____	2ª Via - Paciente
Endereço Completo e Telefone: _____	<b>7421</b>
Cidade: _____ UF: _____	Dr. Ícaro Mólins S. Pereira Ortopedia e Traumatologia CREMEPE 26560
	20/05/18

Paciente: Marcos Jari da Silva

Endereço: \_\_\_\_\_

Prescrição: Uso oral  
1) PACO ————— 02 cx

01 comp VO 018h se dor forti.

2) Rivanoxabona 10mg — 01 cx

01 comp VO 1 vez ao dia por 30 dias

Identificação do Comprador	Identificação do Fornecedor
Nome: _____	
Ident.: _____ Órgão Emissor: _____	
End: _____	
Cidade: _____ UF: _____	
Telefone: _____	Assinatura do Farmacêutico Data ____/____/____







HOSPITAL  
MIGUEL ARRÁEZ



### EVOLUÇÃO CLÍNICA

Nome: Marcos José da Silva Registro: 114829  
Clínica: \_\_\_\_\_ Enfermaria: \_\_\_\_\_ Leito: \_\_\_\_\_

Data/Hora	
	#5004
28/05/18	NO - ① PO (19/05/18) Fx PLATE TUBUM ① + Fx PERNA ② + Fx PERNA ③
	Presença de QUEIMAS NO MOMENTO. NENHUMA SINTOMATICA DE SANGUE.
	Do exame FO - Bom aspecto, sem rubor. Presença de secreção serosa em base
	CO - ① Movimento em ② Retorno 1 semana
	Daniel Cabral Ortopedia / Traumatologia CRM/PE 24.034
04/06/18	#5004 = NO - ① PO (19/05/18) Fratura de platô tibial ① - Fratura de tibia distal ② + Fratura de tibia ③
	Retorno. retorno espontâneo com queixa de dor no joelho com edema, sem sinais de infecção de ferida placada ou outro de sangramento
	CO - ① Retorno em 15 dias - Continuação do Hb e Hct - Análise com Tomografia 8/18

Scanned by CamScanner





6 - Município <b>OLINDA</b>		17 - IBGE <b>260960</b>	18 - UF <b>PE</b>	19 - CEP <b>53530070</b>
Principais Sinais e Sintomas Clínicos <b>LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b> DE ACIDENTE DE TRANSITO COM DOR E DEFIORMIDADE DO JOELHO DIREITO				
21 - Condições que justificam a Internação <b>FRATURA EXPOSTA DE FEMUR, TIBIA E PATELA</b>				
22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas <b>RADIOGRAFIA- FRATURA EXPOSTA DE FEMUR, TIBIA E PATELA</b>				
23 - Diagnóstico Inicial / Código <b>MOTOCICLISTA [QUALQUER] TRAUMATIZADO EM UM ACIDENTE DE TRANSITO NAO ESPECIFICADO</b>		24 - CID 10 Principal <b>V299</b>	25 - CID 10 Secundário <b>3724</b>	26 - CID 10 Causas Associadas <b>582.11 582.0</b>
27 - Descrição do Procedimento Solicitado <b>PROCEDIMENTO SOLICITADO</b> <b>TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA INTERCONDILEANA / DOS CÔNDILOS DO FÊMUR</b>		28 - Código do Procedimento <b>0409050626</b>		
29 - Especialidade <b>CIRÚRGICA</b>	30 - Caráter de Atendimento <b>5</b>	31 - Documento <input checked="" type="checkbox"/> (X) CNS <input type="checkbox"/> ( ) CPF	32 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante/Assistente <b>204522972400087</b>	
Nome do Profissional Solicitante/Assistente <b>IVAN MARCIO GUEDES FERREIRA DE LIMA</b>		34 - Data da Solicitação <b>12/05/2018</b>	35 - Assinatura e Carimbo (Nº do Registro do Conselho) <b>Dr. Ivan Marcio Guedes Ferreira de Lima</b> <b>CRM - 13507</b>	
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)				
36 - <input type="checkbox"/> Acidente de Trânsito	39 - CNPJ Seguradora	40 - Nº Bilhete	41 - Série	
37 - <input type="checkbox"/> Acid. Trabalho Típico	42 - CNPJ/ Empresa	43 - CNAE / Empresa	44 - CBOR	
38 - <input type="checkbox"/> Acid. Trabalho Trajeto				
45 - Vínculo com a Previdência <input type="checkbox"/> ( ) Empregado <input type="checkbox"/> ( ) Empregador <input type="checkbox"/> ( ) Autônomo <input type="checkbox"/> ( ) Desempregado <input type="checkbox"/> ( ) Aposentado <input type="checkbox"/> ( ) Não Segurado				
AUTORIZAÇÃO				
46 - Nome do Profissional Autorizador		47 - Cód. Órgão Emissor <b>E260000001</b>		
48 - Documento <input type="checkbox"/> ( ) CNS <input type="checkbox"/> ( ) CPF	49 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador			
50 - Data da Autorização	51 - Assinatura e Carimbo (Nº Registro do Conselho) <b>12/05/2018</b>			
Código do Laudo: <b>428205</b>				

**AIH**  
**261810159839-8**

**AIH**  
**261810159840-9**



## FICHA DE INTERNAÇÃO

Rua Estrada da Fazendinha, S/N  
Jaguaribe - Paulista - PE  
CEP.: 53.400 - 000

Cód. Atendimento: 428214

Usuário: MAYARAAM

### DADOS DO PACIENTE

ATENDIMENTO: 428214	REGISTRO: 114889	<b>SAME: 102014</b>	OLTEIRO	Prontuário: 114889	Data de Nascimento: 12/2/1978
PACIENTE: MARCOS JOSE DA SILVA	NASCIMENTO: 12/12/1978	IDADE: 39	SEXO: MASCULINO	Telefone: 87813949	CEP: 53030970
MÃE: JURACI MARIA DA SILVA	PAI: JOSE JOAQUIM DA SILVA	ENDEREÇO: RUA SANTA FE	nº: 656	AIRRO NOVO	- OLINDA - PE
BAIRRO: CAJUEIRO SECO	CIDADE: JABOATÃO DOS GUARARAPES	nº: 656	Internação	e Hora da Internação: 12/5/2018 17:07	
			l: GERAL		
Unidade Internação: VERDE 2 ORTOPEDIA	Acomodação: ENFERMARIA DE OBSERVAÇÃO	Leito: VERD2-13			
Médico Internação: PLANTONISTA ORTOPEDIA					

### DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome:	R.G.:	C.P.F.:	FATURADO
Endereço:	- Número:		30/05/18
Telefone:	Cidade:	Estado civil:	CLAUDEVAN PEREIRA
			FATURISTA

### DADOS DA LIBERAÇÃO DO PACIENTE

Data da Alta: 30/05/18	Hora da Alta: 12:00
Motivo: <input checked="" type="checkbox"/> Melhorado <input type="checkbox"/> A Pedido <input type="checkbox"/> Transferência <input type="checkbox"/> Óbito <input type="checkbox"/> Evasão	
Condições de Alta: Boas condições clínicas	
Diagnóstico Principal: Fx exposta de patela ① + fx plato tibial ② + fx fêmur distal ③.	
Diagnóstico Secundário01:	
Diagnóstico Secundário02:	
Tratamento: TRAFI com placas e parafusos	
Assinatura do Médico e CRM: Dr. Icaro Máximo S. Pereira Ortopedia e Traumatologia CREMEPE 26860	
Assinatura do Responsável pela retirada do paciente: Marcos José da Silva	Assinatura e RG

### TERMO DE RESPONSABILIDADE

Autorizo a internação do paciente acima mencionado no HOSPITAL MIGUEL ARRAES bem como os tratamentos clínicos e cirúrgicos (Intervenção cirúrgica, anestésias, transfusões, exames de sangue, ou qualquer outro tipo de exame médico e laboratorial) que se fizerem necessários para o diagnóstico, tratamento, cura e o bem estar do paciente.

Em 30 de Maio de 18

Assinatura e RG do paciente ou pessoa responsável: Regina Oliveira da Silva



# HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Protocolo da Classificação de Risco - Protocolo  
Data e hora retirada da senha: 12/05/2018 15:21

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP



ATENDIMENTO: 428214 REGISTRO: 114889 **SAME: 102014**  
PACIENTE: MARCOS JOSE DA SILVA  
NASCIMENTO: 12/12/1978 IDADE: 39 SEXO: MASCULINO  
MÃE: JURACI MARIA DA SILVA  
PAI: JOSE JOAQUIM DA SILVA  
ENDEREÇO: RUA SANTA FE n°: 656  
BAIRRO: CAJUEIRO SECO  
CIDADE: JABOATÃO DOS GUARARAPES

SAME: 102014

Período: 12/05/2018 15:30 - 12/05/2018 15:33

ANA CRISTINA CRASILEIRO DA SILVA - COREN: 212014 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade: **URGENCIA AMARELO**

Cor: ☐ AMARELO

Queixa Principal: POLITRAUMA (COLISAO NA TRASEIRA CAMINHAO -+ 13:15.  
APRESNETA FRATURA EXPOSTA (MIE) *Ratqio MSD*  
USO DE COLAR CERVICAL + PANCHÁ.  
OBS: O MEMSO INFORMA QUE ESTAVA LARGANDO DO TRABALHO. UTILIZAVA  
CAPACETE E NAO HAVIA INGERIDO BEBIDA ALCOOLICA. SEM RELATO DE DESMAIO E  
PERDA CONSCIENCIA.  
NEGA HAS-/DM-/ALERGIAS.

Observação: SAMU PAULISTA.

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE  
- FERIMENTO SEM SANGRAMENTO ATIVO

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos: - FREQUENCIA CARDIACA: 98.00 BPM  
- FREQUENCIA RESPIRATORIA: 15.00 RPM  
- P.A. SISTOLICA: 130.00 MMHG  
- P.A. DISTOLICA: 80.00 MMHG  
- SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO: 100.00 %

HMA - Hospital Miguel Arraes  
Lesão de Pele  
Sim ( ) Não ( )  
Local *MSD*  
Enfermeiro *[Signature]*

Acolhido(a) por: ANA CRISTINA CRASILEIRO DA SILVA - COREN: 212014 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 12/05/2018 15:33

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1

Scanned by CamScanner





Atendimento: 428205

Data e Hora: 12/05/2018 15:25

Senha da Classificação:

0014

ATENDIMENTO: 428214 REGISTRO: 114889

SAME: 102014

Sexo: MASCULINO

PACIENTE: MARCOS JOSE DA SILVA

NASCIMENTO: 12/12/1978 IDADE: 39

MÃE: JURACI MARIA DA SILVA

PAL: JOSE JOAQUIM DA SILVA

ENDEREÇO: RUA SANTA FE

BAIRRO: CAJUEIRO SECO

CIDADE: JABOATÃO DOS GUARARAPES

SEXO: MASCULINO

nº: 656

venio: 2

SUS - EXTERNO / URGENCIA

do Pai:

ONISTA ORTOPEDIA

CRM: 12346

656

Bairro: BAIRRO NOVO

uário Atendimento: ROSEANERSN

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Nr Documento Estrangeiro:

Observação:

RESUMO DE TRATAMENTO

Peso:

Altura:

Temperatura:

Hora:

Queixa Principal

Doi no joelho direito após acidente de trânsito que sofreu fratura de tíbia e fêmur

Exame Físico

Exame do joelho direito (Pain)

Hipótese Diagnóstico

fratura aberta de M.D

Prescrição Médica

① S.F. 3. - 1000ml - EV 2h

② Cefazolin - 1g IV - EV 12h

③ Radiografia

Dr. Marcelo Guedes  
Traumato-Ortopedia  
Cir. da Coluna  
CRM: 14501

Assinatura e Carimbo/Médico

Destino: ( ) Encaminhado ao Ambulatorio ( ) Residência

( ) Transferido: Para

Senha:

( ) Encaminhado ao setor de internação

## EVOLUÇÃO CLÍNICA

NOME: MARCOS JOSÉ DA SILVA REG: 114889

CLÍNICA: ORTOPEDIA

ENFERMAGEM:

LEITO:

DATA/HORA	
<b>12/5/2018</b>	<b># SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA</b>
	<b># ADMISSÃO</b>
	<b>VITIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DOR, EDEMA E FERIMENTO EXTENSO DO JOELHO DIREITO</b>
	<b>CD= RADIOGRAFIAS, CLASSIF SANGUINEA, HT/HB</b>
	<b>ATB E ANALGESIA</b>
13.05.18	
06:30	<p># SOT # MD: JOSEMO FURTADO FRAIZER</p> <p>1º DIH / 1º DO FRAZOR EXT. TRANSACCIONAR.</p> <p>Paciente vítima de acidente motorizado resultando em fraturas exposta de patela direita, fratura de pâncreas e fêmur distal direito. Surtos à aplicação de fixação externa. Evolui sem alterações, seg. orientado consciente, hidratado, afebril, corado eúncico. SSVV: FC- 72 BPM FR- 14 RPM TA- 130x80 mmHg.</p> <p>CD: A GUARDA VAGA NA CUFFMADA. Solicito TAC de MD (JOSEMO) Solicito Exames LABORATORIAIS.</p>





Aviso de Cirurgia : 49553 Sala : 0001 SALA 01  
Paciente : 114889 MARCOS JOSE DA SILVA Atendimento : 428214  
Convênio Atend. : 1 SUS - INTERNACAO Carteira :  
Leito : 688 VERD2-13 Idade : 40 Anos 20 Horas  
Dt. Início : 12/05/2018 18:12 Dt. Fim : 12/05/2018 20:08  
Cid Pré-Operatório : S724 FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO FEMUR  
Cid Pós-Operatório : S724 FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO FEMUR

Procedimento: 0408050624 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUPRACONDILEANA DO FÊMUR (METÁFISE DISTAL) (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia: 05 RAQUI ANESTESIA

CIRURGIAO 17171 LUCIANA MOSER DE SENA OTELO

**Descrição Cirúrgica :**

DIAGNÓSTICO: FRATURA EXPOSTA PATELA DIR + FRATURA DO PLANALTO TIBIAL DIR + *Fratura de peroneo distal direito*  
INTERVENÇÃO: DESBRIDAMENTO + APLICAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO TRANSARTICULAR  
OPERADOR: DRA LUCIANA MOSER  
1º AUXILIAR: DRA IANELE BRAGA  
2º AUXILIAR: DR FILIPE GUEDES  
INSTRUMENTADOR: ELAINE  
ANESTESISTA: DR SIMONE SALGADO  
ANESTESIA: RAQUI  
1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB RAQUIANESTESIA  
2. ASSEPSIA + ANTISSEPSIA DE MID  
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS  
4. AMPLIADO FERIMENTO EM REGIÃO ANTERIOR DE JOELHO DIREITO, OBSERVADO BASTANTE FRAGMENTOS DE TERRA E ASFALTO EM FOCO DE FRATURA  
5. LIMPEZA EXAUSTIVA COM 11 L DE SF  
6. SUTURA PARA APROXIMAÇÃO DE BORDAS DA FERIDA, SUTURA COM NYLON 2-0  
7. APLICADO FIXADOR EXTERNO TUBO-A-TUBO TRANSARTICULAR DO JOELHO  
8. CURATIVO ESTÉRIL  
9- OBSERVADA BOA PERFUSÃO DISTAL DE MID

**Achados Cirúrgicos:**

**Descrição Complementar**

FEITURADO  
30/05/18  
CLAUDEIA GOUZA  
FATURISTA

DR(A) : LUCIANA MOSER DE SENA OTELO  
CRM : 17171

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR



NOME: \_\_\_\_\_ RES: \_\_\_\_\_

CLÍNICA: \_\_\_\_\_ ENFERMAGEM: \_\_\_\_\_ LEITO: \_\_\_\_\_

DATA/HORA	
17/05/18 11h	#507# HID: PE (14/05) LC+DC+FE por fx exposta patela (D) + fx plântula tibial (D) + fx fêmur distal (D) PE (14/05) LC+DC+cultura Ptk. estável, dor em repouso (D) EGB, consciente, orientado, hidratado FND: Boa perfusão
	CD: Ag. cultura Ag. programação cirúrgica Sól. Tab
18/05/18 11h	#507# HID: As mesmas. Ptk. estável, s/ gressos no momento. EGB, consciente, orientado, hidratado FND: Boa perfusão.
	CD: Ag. cultura (17/05) Lab (17/05): Hb = 10,5 / Ht = 32 / Pg = 250000 / INR = 1,13 Ag. cirurgia 19/05/18 Sól. Resposta CH.

Manoel Oliveira Ferreira  
Ortopedia/Traumatologia  
CRM-PE 24689

Manoel Oliveira Ferreira  
Ortopedia/Traumatologia  
CRM-PE 24689



Procedimento: 0408050551

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO PLANALTO TIBIAL (PRINCIPAL)

Convênio: 001

SUS - INTERNACAO

Anestesia: 05

RAQUI ANESTESIA

FATURADO  
30/05/18  
FATURISTA

Cirurgião

18882 JOAO PAULO NOBRE MAGALHAES

#### Descrição Cirúrgica :

DIAGNÓSTICO: FRATURA PLATO TIBIAL DIREITO SCHATZKER I + FRATURA DE FEMUR DISTAL D + FRATURA DE PATELA D  
INTERVENÇÃO: RAFI DO PLATO TIBIAL E FEMUR DISTAL DIREITO COM PLACA E PARAFUSOS + RAFI PATELA COM PARAFUSO DE POSICIONAMENTO E FIO DE CERCLAGEM + RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO

OPERADOR: DR ADAUTO TELINO  
1º AUXILIAR: DR JOAO PAULO  
2º AUXILIAR: DR CLAUDIO COSTA  
3º AUXILIAR: DR JOAO BOSCO  
INSTRUMENTADOR: ADAILMA  
ANESTESISTA: DRA SILVIA  
ANESTESIA: RAQUIANESTESIA

#### RELATO DE INTERVENÇÃO

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB RAQUIANESTESIA
2. ASSEPSIA + ANTISSEPISIA EM MID
3. RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO TRANSARTICULAR DE JOELHO DIREITO  
REALIZADA RETIRADA DE PONTOS CIRURGICOS E AMPLIADO INCISÃO EM FO PRÉVIA DE JOELHO DIREITO + DISSECÇÃO  
JR PLANOS ATÉ FOCO DE FRATURA
5. REALIZADO FRATURA DE PLATO LATERAL
6. REALIZADO REDUÇÃO CRUENTA E FIXAÇÃO COM PLACA L 4,5MM 6X2 + PARAFUSOS CORTICAIS E ESPONJOSOS
7. VISUALIZADO BOA REDUÇÃO COM INTENSIFICADOR DE IMAGENS
8. VISUALIZADO FRATURA COMINUIDA EM CONDILO LATERAL DO FEMUR DIREITO
9. REALIZADO FIXAÇÃO DOS FRAGMENTOS COM 02 PARAFUSOS DE HEBERT 2,7MM, CONTUDO, FOI VISUALIZADO PERDA  
SIGNIFICATIVA DE FRAGMENTO ÓSSEO EM PARTE PROXIMAL DE CONDILO LATERAL
10. RETIRADO ENXERTO ÓSSEO DA PATELA E FIXADO EM CONDILO LATERAL, EM TOPOGRAFIA DA PERDA ÓSSEA COM 02  
PARAFUSOS DE HEBERT 2,7MM
11. REALIZADO FIXAÇÃO DO CONDILO LATERAL COM PLACA DCP 5 EUROS E FIXADA COM 02 PARAFUSOS CORTICAIS

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: ELAINE LOPES DE ARAUJO SILVA - 19/12/2019 22:41:34

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121922413476500000054942376>

Número do documento: 19121922413476500000054942376

Num. 55846048 - Pág. 12

**Descrição Cirúrgica :**

DIAGNÓSTICO: FX EXPOSTA DE JOELHO DIREITO  
CIRURGIA: LIMPEZA CIRURGICA + DEBRIDAMENTO CIRURGICO + SUTURA  
CIRURGIÃO: DR HYGINO MARINHO  
1º AUXÍLIO: DR THIAGO MENDONÇA  
2º AUXÍLIO: DR ÍCARO MÔLIM  
ANESTESIA: RAQUI ANESTESIA

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB ANESTESIA;
2. ASSEPSIA E ANTISSEPSIA DE MID;
3. APOSIÇÃO CAMPOS ESTÉREIS
4. REALIZADA RETIRADA DE PONTOS EM TOPOGRAFIA DE JOELHO DIREITO
5. DEBRIDAMENTO EXTENSO DE TECIDOS DESVITALIZADOS (RETIRADA DE MATERIAL PARA CULTURA - TEC ÓSSEO + TEC MOLES)
6. LIMPEZA EXAUSTIVA COM SF 0,9% -5 LITROS
7. SUTURA POR PLANOS COM FIO NYLON 2-0
8. CURATIVO ESTÉRIL
9. VERIFICADA BOA PERFUSÃO DISTAL

**Achados Cirúrgicos:**

**Descrição Complementar**

Dr. Ícaro Mólím de S. Pereira  
Ortopedia e Traumatologia  
CREMEPE 26560





**RESUMO DE ALTA HOSPITALAR/ESCLARECIMENTO**

NOME: MARCOS JOSÉ DA SILVA REG: 114889

IDADE: 40 SEXO: M DATA DA ADMISSÃO 12/5/2018 DATA DA ALTA 20/05/18

DIAGNÓSTICO: Fx exposta de patela (D) +  
Fx lábio distal (D) +  
Fx patela + (D)

**TRATAMENTO REALIZADO:**

1. Fx exposta de patela  
2. Lâmina e bloqueio com arame  
3. OSS e placas e parafusos

**ORIENTAÇÃO:**

- Medicamentos conforme prescrição médica;  
- Manter todo o membro em repouso;  
- Movimentar o pé e quadril;  
- Retornar em 15 dias p/ o ambulatório;  
- Não sair com perna direita.

**PROGRAMA APÓS ALTA:**

AMBULATÓRIO DE EGRESSO ☒ SIM ☐ NÃO ( )

DATA DA CONSULTA AMBULATORIAL:        /        /       

15 dias, dige  
07 dias.

Dr. Icaro Mattim de S. Pereira  
Ortopedia e Traumatologia  
CREMEPE 26560

**ASSINATURA DO MÉDICO, CARIMBO E CRM**



Atendimento: 428214

Dt Atendimento: 12/05/2018 - 17:07

Paciente: 114889 MARCOS JOSE DA SILVA

Dt Alta: 20/05/2018 - 15:40

Serviço: 37 ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Convênio: 1 SUS - INTERNACAO

Leito: 79 ORTL-513-LEITO 003

Plano: 1 GERAL

Motivo Alta: 1 ALTA MELHORADA

Usuário: LORAYNEJT

CID:

Procedimento de Alta 0301060070 - DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA

Observação de Alta

KEILLA AMANDA CORREIA DO NASCIMENTO

Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR

Scanned by CamScanner





**FISIOFORMA**  
**CLÍNICA DE FISIOTERAPIA**

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o paciente Marcos José da Silva, iniciou em 04 de Julho de 2019 o tratamento de Fisioterapia com diagnóstico de: Fratura de fêmur, tíbia e patela direita. Foram realizadas 70 sessões de fisioterapia motora e analgésica no período de 04/07/2018 à 30/11/2018.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Jaboatão dos Guararapes, 17 de Dezembro de 2019.

Shirdley Ferreira de Santana  
CPF: 010.500.124-70

*Shirdley Ferreira de Santana*  
CREFITO 252495-F

Shirdley Ferreira de Santana  
Fisioterapeuta  
Crefito 252495-F

Rua : Osório Borba n.º 435 Piedade – Jaboatão  
FONE/FAX 33413093  
CNPJ 241303460001/72

Scanned by CamScanner







RUA ESTRADA DA FAZENDINHA, S/N - JAGUARIBE  
PAULISTA/PE. CEP.: 53.413-000  
FONE.: (81) 3181-9600

### FISIOTERAPIA

(Grupo de ortopedia)

NOME:

Marcos José da Silva

Solicito 20 sessões de fisioterapia motora para ganho de ADM (X), controle  
algico (X), reforço muscular ( ), treino de marcha ( ) e  
propriocepção ( )

Paciente submetido ao tratamento de:  
fx. Fêmur distal + placa T13 m1 +  
placa na diáfise).

Dr. Pedro Cunha  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PE 23.950

(Médico)

Data:

18/06/18



HOSPITAL  
**MIGUEL ARRAES**

RUA ESTRADA DA FAZENDINHA, S/N - JAGUARIBE  
PAULISTA/PE. CEP.: 53.413-000  
FONE.: (81) 3181-9600

### FISIOTERAPIA

(Grupo de ortopedia)

NOME: Marcos José da Silva

Solicito 20 sessões de fisioterapia motora para ganho de ADM (✓), controle  
algico (✓), reforço muscular ( ), treino de marcha (✓) e  
propriocepção ( ) . Paciente submetido ao tratamento de:

FX Fêmur, RAO e TBS de fratura ( )

**Dr. Pedro Cunha**  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-PE 23.959

(Médico)

Data: 16/07/18



HOSPITAL  
**MIGUEL ARRAES**

RUA ESTRADA DA FAZENDINHA, S/N - JAGUARIBE  
PAULISTA/PE. CEP.: 53.413-000  
FONE.: (81) 3181-9600

## FISIOTERAPIA

(Grupo de ortopedia)

NOME: Marcelo José da Silva

Solicito 30 sessões de fisioterapia motora para ( ☒ ganho de ADM, ☒ controle algico,  
reforço muscular MMDD. Carga ( ) zero ( ) parcial ( ) total. Paciente com  
diagnóstico de: lesão ⑤ + patela ⑦ + lesão ① + lesão ②

Dr. Icaro Medim dos S. Pereira

Ortopedia/Traumatologia

CRÉDITO 26560

(Médico)

Data: 17/09/18



EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S.A.  
FARMACIAS PAGUE MENOS  
AV GENERAL BARRETO DE MENEZES, 419  
PRAZERES-JABOATÃO DOS GUARARAPES-PERNAMBUC  
0  
CNPJ: 06.626.253/0116-09  
IE: 02374277-1

29/05/2018 12:15:13 COD: 000017639

# RELATORIO GERENCIAL

REDE  
HIPERCARD C  
COMPR: 749018130 VALOR: 251,85  
ESTAB: 015059103 PAGUE MENOS 116  
29.05.18-12:15:54 TERM: PU660116/000501  
NUMERO PARCELAS : 05  
CARTÃO: XXXXXXXXXXXX4983  
AUTORIZACAO: 096689  
ARQC: 312EC900305EFF2E  
TRANSAÇÃO AUTORIZADA MEDIANTE  
USO DE SENHA PESSOAL.

CUPOM: 0000000000000015662 MAC: 1451  
NSU\_CTF: 000501 LOJA: 0116 PDV: 012

www.auitar.com.br

CAIXA: 012 LOJA: 116  
OPR: 57534 VEN: 4908



EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S.A.  
IM: 0000000000000000  
CNPJ: 06626253011609 I.E: 023742771  
Av General Barreto de Menezes, 419  
- Prazeres, JABOATÃO DOS GUARARAPES  
- PE

DANFE NFC - e Documento Auxiliar  
da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica  
Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

#ICOD	DESC	QTD	UN	UNIT	R\$1	TOT	ITEM	Rs
1	339300 XARELTO 10MG	CPD/10	1	UNx96.61		96.61		
De:	96,61	Por:	83,95					
Desconto						-12.66		
2	339300 XARELTO 10MG	CPD/10	1	UNx96.61		96.61		
De:	96,61	Por:	83,95					
Desconto						-12.66		
3	339300 XARELTO 10MG	CPD/10	1	UNx96.61		96.61		
De:	96,61	Por:	83,95					
Desconto						-12.66		

QTD. TOTAL DE ITENS 3  
VALOR TOTAL R\$ 251.85  
Cartão de Crédito 251.85  
CPF CLIENTE SEMPRE: NAO INFORMADO  
VOCE ECONOMIZOU: R\$ 37,98  
Cartão: R\$ 251,85 (HIPERCARD)  
Operador: 57534 Vendedor: 4908  
Trib aprox R\$:11,29 Fed e R\$:0,00 Est e R\$:0,00 Muni  
Fonte: IBPT ca7g13  
Obrigado e Volte Sempre.

Número 000015662 Série 012 Emissão 29/05/2018 12:15:05  
Via Consumidor - Consulte pela Chave de Acesso em  
<http://nfce.sefaz.pe.gov.br/nfce-web/consultarNFCe>  
CHAVE DE ACESSO  
2618 0506 6262 5301 1609 6501 2000 0156 6210 0014 5360

CONSUMIDOR  
CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO  
Consulta via Leitor QR Code



154941

CLIENTE:  
ENDEREÇO: 383 - ROSANA RODRIGUES DO NASCIMENTO  
Isto permite aproveitamento de crédito de ICMS  
Indícios Totais Incontáveis (Lei Federal 12.741/2012) Federal  
54,51 Estadual R\$4,05 Municipal R\$0,00  
LIM. CONTROLE: 680353



CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO  
NFC-e nº 62765 Série 1  
29/05/2018 11:38:53 Via Consumidor  
Protocolo de autorização: 3261 8021 3565231  
Data de autorização: 29/05/2018 11:38:53

Consulte pela Chave de Acesso em  
<http://nfce.sefaz.pe.gov.br/nfce-web/consultarNFCe>  
2618 0506 2400 7000 0130 6500 1000 0627 6510 0000 0000

Valor total R\$ 33.50  
Valor a pagar R\$ 33.50  
ORIMA PAGAMENTO VALOR PAGO R\$ 33.50  
total Pago R\$ 33.50  
Cartão de Crédito 33.50

Valor total de itens 3

Valor total R\$ 33.50

Valor a pagar R\$ 33.50

ORIMA PAGAMENTO VALOR PAGO R\$ 33.50

total Pago R\$ 33.50

Cartão de Crédito 33.50

Valor total de itens 3

Valor total R\$ 33.50

Valor a pagar R\$ 33.50

ORIMA PAGAMENTO VALOR PAGO R\$ 33.50

total Pago R\$ 33.50

Cartão de Crédito 33.50

Valor total de itens 3

Valor total R\$ 33.50

Valor a pagar R\$ 33.50

ORIMA PAGAMENTO VALOR PAGO R\$ 33.50

total Pago R\$ 33.50

Cartão de Crédito 33.50

Valor total de itens 3

Valor total R\$ 33.50

Valor a pagar R\$ 33.50

ORIMA PAGAMENTO VALOR PAGO R\$ 33.50

total Pago R\$ 33.50

Cartão de Crédito 33.50

Valor total de itens 3

Valor total R\$ 33.50

Valor a pagar R\$ 33.50

ORIMA PAGAMENTO VALOR PAGO R\$ 33.50

total Pago R\$ 33.50

Cartão de Crédito 33.50

Valor total de itens 3

Valor total R\$ 33.50

Valor a pagar R\$ 33.50

ORIMA PAGAMENTO VALOR PAGO R\$ 33.50

**M J MENDES DE LIMA FARMÁCIA - ME**  
Rua Dom Expedito Lopes Nº 387, Com Garapeira  
Guararapes Jaboatão dos Guararapes - PE -

**Nota Fiscal de Venda  
ao Consumidor  
Série D-1**

1056

**2ª Via - Fixa -**

CNPJ: 28.279.967/0001-73 INSC. ESTADUAL: 0729794-70

Data da Emissão: 21/03/2017

**Cliente:**

GRÁFICA LIRA LTDA. RUA Tres, 84 Vila Social - CAJUEIRO SECO - JABOATÃO - FONE: (81) 3378.0375 - CNPJ: 40.874.588/0001-27 - INSC. EST. 0197791-19  
CRED. GRÁF. Nº 71/97 - EM 07/04/97 - 30 TLS. 50x2 de 0001 à 1500 - Aut. Nº 2017020465 EM 02/09/2017 - Validade 01/09/2020

[illegible]

Scanned by CamScanner





**NFC-e** **FCIA DIARIAMENTE**  
**FCIA DIARIAMENTE COM MED LTDA**  
 CNPJ: 05.240.070/0001-30 IE: 029976146  
 AVENIDA GAL BARRETO DE MENEZES, 291,  
 CAJUEIRO SECO, JABOATAO DOS GUARARAPES-  
 PE (81)3378-6121  
 Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor  
 Eletrônica

Código	Descrição	Qtde. Un.	VI. Unit.	VI. Total
3430	PACO 500MG+30MG C/24 (A2)	1 UN	40,05	40,00
Qtde. total de itens				1
Valor total R\$				40,05
Desconto R\$				0,05
Valor a pagar R\$				40,00
FORMA PAGAMENTO				VALOR PAGO R\$
Total Pago R\$				40,00
Cartão de Crédito				40,00

Consulte pela Chave de Acesso em  
<http://nfce.sefaz.pe.gov.br/nfce-web/consultarNFCe?>  
 2618 0505 2400 7000 0130 6500 1000 0638 1610 0000 0006



**CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO**  
 NFC-e nº 63816 Série 1  
 31/05/2018 17:47:46 Via Consumidor  
 Protocolo de autorização:  
 326180217998044  
 Data de autorização:  
 31/05/2018 17:44:02

**CLIENTE:**  
**EMITIDOR:** 272 - ROSANA CRISTINA SANTOS DE  
 ANDRADE  
**Parabéns! Você Economizou R\$** 0,05  
**Isão permite aproveitamento de crédito de ICMS**  
 Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741/2012) Federal  
 R\$5,38 Estadual R\$0,00 Municipal R\$0,00  
**NUM. CONTROLE:** 661460







# FARMÁCIA SAUDEFARMA LTDA - ME.

Rua Professora Candida Andrade Maciel, 685 - Loja/A - Cep: 54.330-797  
Cajueiro Seco - Jaboatão dos Guararapes - PE

C.N.A.E.: 4771-7/01

SÉRIE D-1

CNPJ. 08.629.993/0001-77

NOTA FISCAL DE VENDA AO CONSUMIDOR

INSC. ESTADUAL: 0350656-80

Cliente

Data da Emissão:

01/06/2018

1ª Via - Cliente

2ª Via - Fixa

041243

Quant.	Discriminação das Mercadorias	Preço Unit.	Preço Total
--------	-------------------------------	-------------	-------------

04	ENVIO DE PAGA 500 mg 30 dias	2,00	8,00
----	------------------------------	------	------

NO VALOR DA MERCADORIA VOCÊ ESTÁ PAGANDO

% DE ICMS

TOTAL R\$

8,00

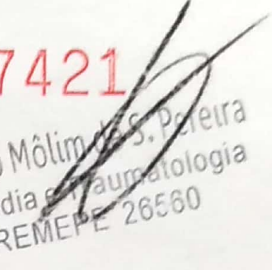
JADILSON NUNES DA SILVA - R. Dr. Luiz Regueira, 46 - Loja 03 - Prazeres - Jab. dos Guararapes / PE  
Fone: (81) 3476-3213 CNPJ: 24.355.091/0001-46 - Insc. Est.: 0188101-95 - N° Cred. 297 em 03/03/1998  
100 Talões 50x2 vias de 041001 a 046000 - NFVC MOD.2 - Serie D.1 - N° da AIDF: 2018003203 - EM: 06/04/2018

Data Limite para Emissão de Notas Fiscais: 05 / 04 / 2021

Scanned by CamScanner



**RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL**

<b>Identificação do Emitente</b>	<b>1ª Via - Farmácia</b> <b>2ª Via - Paciente</b>
Nome Completo: _____	<b>7421</b>  Dr. Ícaro Mólins S. Pereira Ortopedia e Traumatologia CREMEPE 26560  20/05/18
CRM: _____ UF: _____ Nº _____	
Endereço Completo e Telefone: _____	
_____	
Cidade: _____ UF: _____	

Paciente: Marcos José da Silva

Endereço: \_\_\_\_\_

Prescrição: Uso oral  
1) PARO ————— 02 cx

01 comp VO 8/8h se dor forti.

2) Rivotril 10mg — 01 cx

01 comp VO 1 vez ao dia por 30 dias

<b>Identificação do Comprador</b>	<b>Identificação do Fornecedor</b>
Nome: _____	Assinatura do Farmacêutico Data ____/____/____
Ident.: _____ Órgão Emissor: _____	
End: _____	
_____	
Cidade: _____ UF: _____	
Telefone: _____	



**RECEITUÁRIO**

Marcos José da Silva

Uso oral

- 1) Ciprofloxacino 500 g — 02 cx2  
01 comp VO 12/12 h por 14 dias.
- 2) clindamicina 300 g — 04 cx2  
02 comp VO 6/6h por 14 dias.
- 3) Dipirona 1g — 02 cx2  
01 comp VO 6/6h se dor.

20/05/18

Dr. Marcelo de S. Pereira  
Ortopedia e Traumatologia  
CREMEPE 26560

O LEITE MATERNO É O MELHOR ALIMENTO PARA SEU FILHO





## ATESTADO MÉDICO

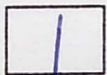
Atesto para os devidos fins que o (a) senhor (a)

Marcelo José da Silva foi atendido (a) neste

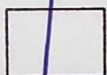
Serviço no dia: 12 / 05 / 18 CID: S72.4  
S82.0  
S82.1



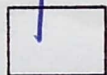
Necessitado de 90 (noventa) dias de afastamento de suas atividades  
( no trabalho ou escola )



Estando apto para voltar ao trabalho.



Como acompanhante.



Outros : \_\_\_\_\_

Paulista, 20 de 05 de 20 18

Dr. Ícaro Mólum de S. Pereira  
Ortopedia e Traumatologia  
CREMEPE 26560

\_\_\_\_\_  
Médico

Scanned by CamScanner



03/04/2019

DAE20WEB



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL

**DAE 20**

85830000000-9 25450124020-0 53835201903-3 13398650000-6

Nome / Denominação / Razão Social IML		Documento de Identificação do Contribuinte Tipo 04 No 00000000	
Descrição do Serviço SERVIÇOS PRESTADOS PELA DIRETORIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA / LAUDO PERÍCIAS EM GERAL, EM ORIGINAIS, CÓPIA AUTENTICADA OU CERTIDÃO SOLICITADA PELA PARTE ...			
Observações Código: 2019031339865 RG: 00000000 Quantidade: 1  DAE20 WEB	■ TFUSP - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	Valor do Tributo em Real	R\$25,45
		Valor da Multa em Real	.....
		Valor dos Juros em Real	.....
		Taxa de Expediente em Real	.....
		Total a Pagar em Real	R\$25,45
		Autenticação Mecânica	Via Contribuinte



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL

**DAE 20**

85830000000-9 25450124020-0 53835201903-3 13398650000-6

Nome / Denominação / Razão Social IML		Documento de Identificação do Contribuinte Tipo 04 No 00000000	
Descrição do Serviço SERVIÇOS PRESTADOS PELA DIRETORIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA / LAUDO PERÍCIAS EM GERAL, EM ORIGINAIS, CÓPIA AUTENTICADA OU CERTIDÃO SOLICITADA PELA PARTE ...			
Observações Código: 2019031339865 RG: 00000000 Quantidade: 1  DAE20 WEB	■ TFUSP - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	Valor do Tributo em Real	R\$25,45
		Valor da Multa em Real	.....
		Valor dos Juros em Real	.....
		Taxa de Expediente em Real	.....
		Total a Pagar em Real	R\$25,45
		Autenticação Mecânica	Via Órgão

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

093-782470618-5

03/Abr/2019

HORA DE 09:19:13

LOT. 15.015662-6

TERM 040305

LOCALIDADE: RECIFE

AG. VINCULADA: 1583

COMPROVANTE DE PAGAMENTO  
SEFAZ/PE TAXA FUSP

VALOR DO PAGAMENTO: 25,45

85830000000-9 25450124020-0  
53835201903-3 13398650000-6

093-782470618-5

1ª VIA

Scanned by CamScanner





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810315

Processo nº **0088804-43.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DECISÃO COM FORÇA DE MANDADO**

Vistos etc.

Defiro o pedido de gratuidade judicial, ficando, desde já, ciente a parte requerente acerca do que dispõe o Art. 98, §2º do CPC.

Considerando a peculiaridade dos processos de cobrança do Seguro DPVAT nos quais, como sabido, é imprescindível a realização de perícia médica para sua solução, entendo ser possível, nesses casos, a antecipação da produção dessa prova, como meio para propiciar o sucesso de uma eventual composição amigável, nos moldes do inciso II do artigo 381 do CPC, cujo teor prevê:

“Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II - **a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;**”

Assim sendo, diante do singular cenário apresentado, determino, com respaldo no mencionado dispositivo legal e em prestígio aos princípios da efetividade e da celeridade processual, **a antecipação da produção de prova técnica pericial**, a fim de que se possa identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões) porventura sofridas pela Parte Autora, e, para tanto, nomeio como Perito do Juízo o Dr. ROMERO BEZERRA CAVALCANTI MENDES, CRM – 12.506/PE.

Arbitro honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), cuja despesa deve ser suportada pela Parte Ré, conforme convênio estipulado entre a Seguradora Demandada e o Tribunal de Justiça de Pernambuco, a serem depositados na Caixa Econômica Federal, neste Fórum Rodolfo Aureliano e entregues ao profissional, após a apresentação do laudo, facultada a liberação parcial quando necessária (art. 465, § 4º do NCPC).

A perícia ora determinada será realizada pelo Senhor Perito no **dia 05 de março de 2020, às 15 horas, no 3º andar do ITORK - Instituto de Traumatologia e Ortopedia Romeu Krause, localizado na Rua Francisco Alves, 326, telefone: (81) 3414-9100, Ilha do Leite, Recife/PE.**

Deve a parte autora apresentar-se para realização da perícia acima designada munida com os documentos pessoais, assim como os exames médicos já realizados e referentes à lesão alegada nos autos.

Cite-se e intime-se a parte ré, via carta com AR, para integrar a lide e, no prazo de 05 (cinco) dias, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), perante a Caixa Econômica Federal, Agência Fórum Rodolfo Aureliano, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD.

Somente após a juntada, nos autos, da perícia, será a parte ré intimada para apresentar sua Defesa.

Intime-se também a parte autora, por meio do seu advogado e pessoalmente, por carta com aviso de recebimento - AR, para tomar ciência da presente decisão.

Com a juntada da perícia, já tendo a parte ré depositado os honorários periciais, expeça-se, com as cautelas da lei, o respectivo alvará em proveito do Senhor Perito, observando-se o Artigo 465





do CPC. Caso não tenha havido pagamento, voltem-me conclusos certificando-se.  
Intimem-se. Cumpra-se.  
(Cópia desta decisão, autenticada por servidor em exercício na Diretoria Cível do Primeiro Grau,  
servirá como mandado).

Recife, 21 de janeiro de 2020.

**MARCELO RUSSELL WANDERLEY**  
***Juiz de Direito***





Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001

AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que habilito nestes autos o perito ROMERO BEZERRA CAVALCANTI MENDES. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 22 de janeiro de 2020.

**CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

RECIFE, 22 de janeiro de 2020.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**Endereço:** R SENADOR DANTAS, 76, 3 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para no prazo de 05 (cinco) dias, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), perante a Caixa Econômica Federal, Agência Fórum Rodolfo Aureliano, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

**1 – Acesse o link:** <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

**2 – No campo “Número do Documento”, digite:** 1912192241333690000054942053

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

**CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 15ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 56746203, conforme segue transcrito abaixo:

" Vistos etc. Defiro o pedido de gratuidade judicial, ficando, desde já, ciente a parte requerente acerca do que dispõe o Art. 98, §2º do CPC. Considerando a peculiaridade dos processos de cobrança do Seguro DPVAT nos quais, como sabido, é imprescindível a realização de perícia médica para sua solução, entendo ser possível, nesses casos, a antecipação da produção dessa prova, como meio para propiciar o sucesso de uma eventual composição amigável, nos moldes do inciso II do artigo 381 do CPC, cujo teor prevê: "Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;" Assim sendo, diante do singular cenário apresentado, determino, com respaldo no mencionado dispositivo legal e em prestígio aos princípios da efetividade e da celeridade processual, a antecipação da produção de prova técnica pericial, a fim de que se possa identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões) porventura sofridas pela Parte Autora, e, para tanto, nomeio como Perito do Juízo o Dr. ROMERO BEZERRA CAVALCANTI MENDES, CRM – 12.506/PE. Arbitro honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), cuja despesa deve ser suportada pela Parte Ré, conforme convênio estipulado entre a Seguradora Demandada e o Tribunal de Justiça de Pernambuco, a serem depositados na Caixa Econômica Federal, neste Fórum Rodolfo Aureliano e entregues ao profissional, após a apresentação do laudo, facultada a liberação parcial quando necessária (art. 465, § 4º do NCPC). A perícia ora determinada será realizada pelo Senhor Perito no dia 05 de março de 2020, às 15 horas, no 3º andar do ITORK - Instituto de Traumatologia e Ortopedia Romeu Krause, localizado na Rua Francisco Alves, 326, telefone: (81) 3414-9100, Ilha do Leite, Recife/PE. Deve a parte autora apresentar-se para realização da perícia acima designada munida com os documentos pessoais, assim como os exames médicos já realizados e referentes à lesão alegada nos autos. Cite-se e intime-se a parte ré, via carta com AR, para integrar a lide e, no prazo de 05 (cinco) dias, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), perante a Caixa Econômica Federal, Agência Fórum Rodolfo Aureliano, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD. Somente após a juntada, nos autos, da perícia, será a parte ré intimada para apresentar sua Defesa. Intime-se também a parte autora, por meio do seu advogado e pessoalmente, por carta com aviso de recebimento - AR, para tomar ciência da presente decisão. Com a juntada da perícia, já tendo a parte ré depositado os honorários periciais, expeça-se, com as cautelas da lei, o respectivo alvará em proveito do Senhor Perito, observando-se o Artigo 465 do CPC. Caso não tenha havido pagamento, voltem-me conclusos certificando-se. Intimem-se. Cumpra-se. (Cópia desta decisão, autenticada por servidor em exercício na Diretoria Cível do Primeiro Grau, servirá como mandado)."

RECIFE, 22 de janeiro de 2020.

**CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO**

Ilmo Sr., em face do(a) despacho/decisão de ID 56746203 proferido nos autos do processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001 da Seção B da 15ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA contra RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do(a) Despacho/Decisão que segue transcrito abaixo:

*"Vistos etc. Defiro o pedido de gratuidade judicial, ficando, desde já, ciente a parte requerente acerca do que dispõe o Art. 98, §2º do CPC. Considerando a peculiaridade dos processos de cobrança do Seguro DPVAT nos quais, como sabido, é imprescindível a realização de perícia médica para sua solução, entendo ser possível, nesses casos, a antecipação da produção dessa prova, como meio para propiciar o sucesso de uma eventual composição amigável, nos moldes do inciso II do artigo 381 do CPC, cujo teor prevê: "Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;" Assim sendo, diante do singular cenário apresentado, determino, com respaldo no mencionado dispositivo legal e em prestígio aos princípios da efetividade e da celeridade processual, a antecipação da produção de prova técnica pericial, a fim de que se possa identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões) porventura sofridas pela Parte Autora, e, para tanto, nomeio como Perito do Juízo o Dr. ROMERO BEZERRA CAVALCANTI MENDES, CRM – 12.506/PE. Arbitro honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), cuja despesa deve ser suportada pela Parte Ré, conforme convênio estipulado entre a Seguradora Demandada e o Tribunal de Justiça de Pernambuco, a serem depositados na Caixa Econômica Federal, neste Fórum Rodolfo Aureliano e entregues ao profissional, após a apresentação do laudo, facultada a liberação parcial quando necessária (art. 465, § 4º do NCPC). A perícia ora determinada será realizada pelo Senhor Perito no dia 05 de março de 2020, às 15 horas, no 3º andar do ITORK - Instituto de Traumatologia e Ortopedia Romeu Krause, localizado na Rua Francisco Alves, 326, telefone: (81) 3414-9100, Ilha do Leite, Recife/PE. Deve a parte autora apresentar-se para realização da perícia acima designada munida com os documentos pessoais, assim como os exames médicos já realizados e referentes à lesão alegada nos autos. Cite-se e intime-se a parte ré, via carta com AR, para integrar a lide e, no prazo de 05 (cinco) dias, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), perante a Caixa Econômica Federal, Agência Fórum Rodolfo Aureliano, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD. Somente após a juntada, nos autos, da perícia, será a parte ré intimada para apresentar sua Defesa. Intime-se também a parte autora, por meio do seu advogado e pessoalmente, por carta com aviso de recebimento - AR, para tomar ciência da presente decisão. Com a juntada da perícia, já tendo a parte ré depositado os honorários periciais, expeça-se, com as cautelas da lei, o respectivo alvará em proveito do Senhor Perito, observando-se o Artigo 465 do CPC. Caso não tenha havido pagamento, voltem-me conclusos certificando-se. Intimem-se. Cumpra-se. (Cópia desta decisão, autenticada por servidor em exercício na Diretoria Cível do Primeiro Grau, servirá como mandado)."*

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente

RECIFE, 22 de janeiro de 2020.

**CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA**



**Diretoria Cível do 1º Grau**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

RECIFE, 22 de janeiro de 2020.

**CARTA DE INTIMAÇÃO**

Destinatário(s):

Nome: MARCOS JOSE DA SILVA

Endereço: R SANTA FÉ, 656, CAJUEIRO SECO, JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE - CEP: 54330-675

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) à comparecer à PERÍCIA, designada nos autos do processo em epígrafe, na data, no horário e no endereço abaixo determinados:

Data: 05 de março de 2020

Horário: 15h

Endereço: 3º andar do ITORK - Instituto de Traumatologia e Ortopedia Romeu Krause, localizado na Rua Francisco Alves, 326, telefone: (81) 3414-9100, Ilha do Leite, Recife/PE

**ATENÇÃO: No caso de perícia médica, levar os exames relacionados ao objeto da perícia.**

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessário a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



## PETIÇÃO DE QUESITOS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00888044320198172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCOS JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 3 de fevereiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR - 04/02/2020 13:21:18  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020413211864700000056443875>  
Número do documento: 20020413211864700000056443875

Num. 57383947 - Pág. 2

## CONTESTAÇÃO E HABILITAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE - SEÇÃO B

Processo: 00888044320198172001

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCOS JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **12/05/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **28/08/2018**.

A parte autora OMITE o fato de ter ingressado com o pedido administrativo, tendo recebido o valor conforme a legislação vigente.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





Ressalta-se que a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na esfera administrativa, no importe de **R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS)** sendo este valor correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada.

Repita-se que o pagamento administrativo realizado foi de acordo com percentual indenizável para as supostas lesões suportadas pela parte autora, segundo a graduação da repercussão sobre a importância máxima segurada, em total consonância com o parecer médico pericial.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

---

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



## DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **12/05/2018**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**.

### PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



#### DADOS DO SINISTRO

Número: 3190284977 Cidade: Recife Natureza: Invalidez Permanente  
Vítima: MARCOS JOSE DA SILVA Data do acidente: 12/05/2018 Seguradora: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

#### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 07/05/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA PLATO TIBIAL DIREITO SCHATZKER I.  
FRATURA DE FÊMUR DISTAL DIREITO.  
FRATURA DE PATELA DIREITA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FÊMUR DISTAL E PLATO TIBIAL - PLACA E PARAFUSO; DE PATELA - PARAFUSO.  
ALTA. (P.16).

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICA DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Documentos complementares:

Observações: LAUDO PERICIAL DO IML: Nº 11318/2019 DE 14/03/2019, QUESITO 2º: SIM.  
MÉDICO LEGISTA: PEDRO LOPES, CRM: 11733.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

#### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00





# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	13/08/2019
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	4.725,00

---

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARCOS JOSE DA SILVA

BANCO: 104  
AGÊNCIA: 03015  
CONTA: 000000039543-0

---

Nr. da Autenticação 83A90F2E5822593E

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."



Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS)**.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>6</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>7</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

<sup>6</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>7</sup>art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autoral com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 7 de fevereiro de 2020.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**





### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **30225 - OAB/PE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MARCOS JOSE DA SILVA**, em curso perante a **15ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00888044320198172001.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.002R479-6

**Time Budgets**

Sociedade anônima

### Doyle Entrepreneurial

Normal

**Nº do Protocolo**

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Última Arquivamento:  
00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-4

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salmon(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC90430A9D0

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DAE	21,00	21,00



## REQUERIMENTO



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:		
	Assinatura:		
Data	Telefone de contato:		
	E-mail:		
	Tipo de documento:	Híbrido	
	Data de criação:	24/01/2018	
	Data da 1ª entrada:		



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 06-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFADBE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA8081FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 2/13

Para visualizar o documento acesse [http://www.judiciario.sp.gov.br/arquivos/judiciario/arquivos.asp?arquivo=0&id\\_documento=7869](http://www.judiciario.sp.gov.br/arquivos/judiciario/arquivos.asp?arquivo=0&id_documento=7869)

\*\*\*\*\*



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tjse.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
 Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1/g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245675000000056720484>  
 Número do documento: 20021010245675000000056720484

Num. 57667053 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

*CR* *Isabella*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF6FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245675000000056720484>  
Número do documento: 20021010245675000000056720484

Num. 57667053 - Pág. 2

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures and initials.*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149053 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFD84B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245675000000056720484>  
Número do documento: 20021010245675000000056720484

Num. 57667053 - Pág. 3



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas.  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245675000000056720484>  
Número do documento: 20021010245675000000056720484

Num. 57667053 - Pág. 4

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 8/13	



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245675000000056720484>  
Número do documento: 20021010245675000000056720484

Num. 57667053 - Pág. 5

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8F8740F233E496AFDA30E1F88	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/</a> , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245675000000056720484>  
Número do documento: 20021010245675000000056720484

Num. 57667053 - Pág. 6







4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

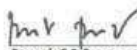
**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300264796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245675000000056720484>  
Número do documento: 20021010245675000000056720484

Num. 57667053 - Pág. 8





4996508

**ARTIGO 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 9º** – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245675000000056720484>  
Número do documento: 20021010245675000000056720484

Num. 57667053 - Pág. 9





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 1

convocada.



4986510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 2



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 3





4996512

lei ou este Estatuto não confiram a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 4



4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F. S. Bierwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2018  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 5



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

#### **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002956803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 6





4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

#### **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

#### **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86863B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 7

de março de 1967.



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE8208298B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2015



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 8

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TORRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Reconheço por AUTÊNTICAS as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES** e **JOSÉ ISMAR ALVES TORRES** (X00000524453)  
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.  
Em testemunho da verdade.

Conf. por: **Paula Cristina A. D. Gaspar**  
SERVENTIA  
T. FUNDOS  
Total

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ  
**Paula Cristina A. D. Gaspar**  
3,9% Escrow  
NOTA 46062 série 09077 ME  
Aut. 2015 3ª Lei 8.986/94

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.  
EOLP-15091 H02, EOLP-56832 BRS  
<https://www3.tirf.jus.br/sitepublico>



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 9



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 10



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/02/2020 10:24:56  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021010245685600000056720486>  
Número do documento: 20021010245685600000056720486

Num. 57667055 - Pág. 11

PETIÇÃO ROL DE QUESITOS DO AUTOR







**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA SEÇÃO B DA  
15ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – PERNAMBUCO.**

**Processo: 0088804-43.2019.8.17.2001**

**MARCOS JOSE DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe que move em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A**, por seus procuradores infra firmados, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar quesitos, a fim de que sejam observados e respondidos pelo Sr. Perito:

- 1) Já prestou serviços para a Seguradora Líder? Em caso afirmativo, queira o Sr. Perito responder se continua prestando serviços para mesma?
- 2) Realizou avaliação médica para a Seguradora Líder a fim de pagamento do pedido administrativo da parte autora?
- 3) Houve lesão a integridade física do autor em virtude do acidente de trânsito? Quais as lesões remanescentes do autor após o acidente?
- 4) Queira o Sr.Perito esclarecer se as lesões são de caráter temporário ou permanente.
- 5) Houve perda da força, mobilidade, flexibilidade ou outra limitação em virtude da lesão sofrida no acidente? Favor especificar, cada uma.
- 6) Das lesões identificadas, quais foram as consequências traumáticas e funcionais dos órgãos membros afetados.
- 7) A incapacidade do autor impede dele praticar os atos da vida independente?
- 8) No caso de constatação de incapacidade, é possível a recuperação do autor? Caso afirmativo, em quanto tempo? Em caso negativo favor justificar.
- 9) De acordo com a tabela anexa da lei 11.945/2009 qual o percentual da perda funcional da parte autora em face da lesão ocasionada em decorrência do acidente.
- 10) Prestar outras nformações caso considere conveniente.

1

Endereço profissional: Avenida Liberdade, 950, Casa 12, Sancho, Recife/PE

Telefones: (81) 9.8412-6880 / 9.9866-9789 / 9.8316-7509

E-mail (s): daianealiver@gmail.com / carlosadryon@hotmail.com / elainelopes.jur@gmail.com





ADVOGADOS ASSOCIADOS

---

Termos em que,  
Pede deferimento.

Recife, 10 de fevereiro de 2020.

**ELAINE LOPES DE ARAÚJO SILVA**

Advogada - OAB/PE nº 39.210

**DAIANE DE ANDRADE OLIVEIRA**

Advogada - OAB/PE nº 40.099

**CARLOS ADRIANO PEREIRA**

Advogado - OAB/PE nº 47.630

2

Endereço profissional: Avenida Liberdade, 950, Casa 12, Sancho, Recife/PE

Telefones: (81) 9.8412-6880 / 9.9866-9789 / 9.8316-7509

E-mail (s): daianealiver@gmail.com / carlosadryon@hotmail.com / elainelopes.jur@gmail.com



## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00888044320198172001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCOS JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada da **FICHA DE COMPENSAÇÃO E RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 13 de fevereiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE






			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		10/02/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
10/02/2020	2692155	00888044320198172001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	300,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
MARCOS JOSE DA SILVA		FÍSICA	03575610401	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
63665CF52528E493				
CÓDIGO DE BARRAS				
10498.39291 94000.100043 11806.672801 5 81840000030000				





## RECIBO DO SACADO

		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 11806.672801 5 81840000030000		
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04		Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271700152002045	Nosso Número 14000000118066728-2	Vencimento 04/03/2020	Valor do Documento 300,00		
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):					(-) Desconto
TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:15A VARA CIVEL  PROCESSO: 00888044320198172001 N° GUIA: 1  JURISDICIONADOS: MARCOS JOSE DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU  CONTA: 2717 040 01778510-6  Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID: 040271700152002045  OBS:					(-) Outras Deduções/Abatimentos
					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU					CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
					UF: CEP:
Sacador/Avalista:					CPF/CNPJ:
SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)  Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492  Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)					

		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 11806.672801 5 81840000030000		
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA					Vencimento 04/03/2020
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04		Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 04/02/2020	Nº do documento 040271700152002045	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 04/02/2020	Nosso Número 14000000118066728-2
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 300,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):					(-) Desconto
TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:15A VARA CIVEL PROCESSO: 00888044320198172001 N° GUIA: 1  JURISDICIONADOS: MARCOS JOSE DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU  CONTA: 2717 040 01778510-6  Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID:					(-) Outras Deduções/Abatimentos
					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU					CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
					UF: CEP:
Sacador/Avalista:					CPF/CNPJ:



Autenticação - Ficha de Compensação

[https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/) 04/02/2020

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 17/02/2020 16:40:43  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021716404369000000057143320>  
 Número do documento: 20021716404369000000057143320

Num. 58099840 - Pág. 1

Habilitar





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a CITAÇÃO/INTIMAÇÃO de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 23 de março de 2020

**EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





AVISO DE RECEBIMENTO		PREENCHER COM LETRA DE FORMA	
<b>DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE</b>			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
Nome: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA			
Endereço: R SENADOR DANTAS, 76, 3 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO			
- RJ - CEP: 20031-205			
0088804-43.2019.8.17.2001	ID 56773013	4	UF PAÍS / PAYS
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção B da 15ª Vara Cível da Capital			
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI		SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS		<input type="checkbox"/>	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		CARTEIRO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		29 JAN 2020 29 JAN 2020 RIO DE JANEIRO / RJ	
RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT			
Liene Wayne Ribeiro de Santana			
8.313.773-0			
O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de MARCOS JOSE DA SILVA.  
O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 26 de março de 2020

**FRANCISCA SAMPAIO MAGALHAES**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
<p>Nome: MARCOS JOSE DA SILVA</p> <p>Endereço: R SANTA FÉ, 656, CAJUEIRO SECO, JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE - CEP: 54330-675</p>			
<p>0088804-43.2019.8.17.2001</p> <p>INTIMAÇÃO</p>	<p>ID 56773016</p> <p>Seção 8 da 15ª Vara Cível da Capital</p>	<p>5</p>	<p>UF PAID / PAY3</p>
<p>NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI</p> <p><input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS</p>		<p><input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ</p>	
<p>ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR</p> <p><i>[Handwritten Signature]</i></p>		<p>DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON</p> <p><i>[Handwritten Date]</i></p>	<p>CARIMBO DE ENTREGA / LUGAR DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION</p> <p><i>[Circular Stamp: GOV. PERNAMB. GOV.]</i></p>
<p>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISÍBLE DU RECEPTEUR</p> <p><i>JURACY MAR. A.</i></p>		<p>HUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT</p> <p><i>[Handwritten Signature]</i></p>	
<p>Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR</p>		<p>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO</p>	



**Correios** **AVISO DE RECEBIMENTO** **AR**

AVIS CN07 27 JAN 2020

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE POSTE RECIFE PE

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

27/01/20		
14:20 h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CIVIL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FÓRUM DESEMBARGADOR DODOLEO AURELIANO - 15º andar

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº

CIDADE / LOCALITE: ICHÁ JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

UF: BRASIL

BRÉSIL

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR





Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001

AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que juntei aos autos o laudo pericial, o qual segue em anexo, enviando pelo Sr. perito, através de e-mail. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 11 de maio de 2020.

**CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





### INFORMAÇÕES DA VÍTIMA

Nº do Processo: **0088804-43.2019.8.17.2001**

Vara: **15ª Vara Cível- Seção B**

Nome Completo: **Marcos José da Silva**

CPF: **035.756.104-01**

### LAUDO DE VERIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE LESÕES PERMANENTES

#### AVALIAÇÃO:

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

a) ☒ SIM

B) ☐ NÃO

*Só prosseguir em caso de resposta afirmativa*

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual(is) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

**Fratura exposta platô tibial direito; femur direito; patela direita: (Cirúrgico)**

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

**Diminuição de força, amplitude e movimento membro inferior direito.**

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ SIM

B) ☒ NÃO

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo, informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

**Claudicação; atrofia membro inferior direito.**

V) Em virtude de evolução de lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

a) ☐ SIM

B) ☒ NÃO

Se Sim, em que prazo: \_\_\_\_\_

**Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados**

VI) Segundo o prazo previsto em Lei 11.945 de Junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) seguimento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação.

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b) ☒ Parcial (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental



da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

- b.1) ☐ Parcial completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).
- b.2) ☒ Parcial incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte um (o mais de um) segmento corporal da vítima).
- b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da lei

#### SEGMENTO ANATÔMICO

Marque o percentual

1º lesão

**Membro inferior direito.**

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2º lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3º lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observações:

Data da realização do exame médico legal: 05 de março de 2020.

  
**Romero B. C. Mendes**  
Médico Perito  
CRM 12506



Ao Exmo. Juiz(a) da **15** Vara Cível da **Capital** Seção b

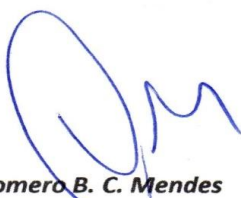
5 de **março** de **2020**.

Processo:

**0088804-43.2019.8.17.2001**

Remeto a Vossa Excelência, laudo da perícia médica referente ao processo citado para que possa ser avaliado, anexado aos autos deste processo, bem como a **EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ** para liberação dos honorários periciais já depositados.

Atenciosamente,



**Romero B. C. Mendes**  
*Médico Perito*  
CRM 12506







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810315

Processo nº **0088804-43.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se as partes para se manifestarem a respeito do laudo pericial de id: 61681774, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para julgamento.

Recife, 11 de maio de 2020.

Marcus Vinicius Barbosa de Alencar Luz

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 15ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 61686821, conforme segue transcrito abaixo:

*" Vistos, etc. Intime-se as partes para se manifestarem a respeito do laudo pericial de id: 61681774, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para julgamento."*

RECIFE, 15 de maio de 2020.

**CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



## IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

**Processo:** 00888044320198172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCOS JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora requereu administrativamente indenização à ré, sendo realizada pericia a qual apurou lesão no membro inferior direito com repercussão média (50%), efetuando o pagamento no valor de R\$4.725,00:



**PARECER DE ANÁLISE MÉDICA**


---

**DADOS DO SINISTRO**

**Número:** 3190284977      **Cidade:** Recife      **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** MARCOS JOSE DA SILVA      **Data do acidente:** 12/05/2018      **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

---

**PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA**

**Data da análise:** 07/05/2019  
**Valoração do IML:** 0  
**Perícia médica:** Não  
**Diagnóstico:** FRATURA PLATO TIBIAL DIREITO SCHATZKER I.  
 FRATURA DE FÊMUR DISTAL DIREITO.  
 FRATURA DE PATELA DIREITA.  
**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FÊMUR DISTAL E PLATO TIBIAL - PLACA E PARAFUSO; DE PATELA - PARAFUSO.  
 ALTA. (P.16).  
**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.  
**Sequelas:** Com sequela  
**Conduta mantida:**  
**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICA DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.  
**Documentos complementares:**  
**Observações:** LAUDO PERICIAL DO IML: Nº 11318/2019 DE 14/03/2019, QUESITO 2º: SIM.  
 MÉDICO LEGISTA: PEDRO LOPES, CRM: 11733.  
 Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

---

**DANOS**

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
<b>Total</b>			<b>35 %</b>	<b>R\$ 4.725,00</b>

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando as mesmas lesões antes detectadas pela ré em sede administrativa, todavia, agora com repercussão maior.

O ilustre perito afirma que a parte autora possui lesão no membro inferior direito com repercussão intensa (75%).

Desta forma não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.



Outrossim, na hipótese de condenação, salienta a ré que o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 22 de maio de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3190284977 **Cidade:** Recife **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** MARCOS JOSE DA SILVA **Data do acidente:** 12/05/2018 **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 07/05/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA PLATO TIBIAL DIREITO SCHATZKER I.  
FRATURA DE FÊMUR DISTAL DIREITO.  
FRATURA DE PATELA DIREITA.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FÊMUR DISTAL E PLATO TIBIAL - PLACA E PARAFUSO; DE PATELA - PARAFUSO. ALTA. (P.16).

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICA DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Documentos complementares:**

**Observações:** LAUDO PERICIAL DO IML: Nº 11318/2019 DE 14/03/2019, QUESITO 2º: SIM.  
MÉDICO LEGISTA: PEDRO LOPES, CRM: 11733.

**Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00





# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	13/08/2019
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:
----------------------

VALOR TOTAL:	4.725,00
--------------	----------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE:    MARCOS JOSE DA SILVA

BANCO:      104

AGÊNCIA:    03015

CONTA:      000000039543-0

---

---

Nr. da Autenticação 83A90F2E5822593E



Manifestação ao Laudo Pericial.





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 15ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PERNAMBUCO**

**PROCESSO Nº: 0088804-43.2019.8.17.2001 (Seção B)**

**MARCOS JOSE DA SILVA**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem à presença de Vossa Excelência, por seus Procuradores signatários, em cumprimento ao despacho ID nº 61686821, apresentar **MANIFESTAÇÃO SOBRE LAUDO PERICIAL** e documentos, nos termos que seguem:

O autor **CONCORDA INTEGRALMENTE** com a conclusão do presente laudo judicial da presente lide, nos termos postulados na inicial.

Nesse diapasão, segue o entendimento dos Egrégio Tribunal do Estado de Pernambuco:

**EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT. INDENIZAÇÃO PAGA PELA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTO. PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE. ARTIGO 3º, § 1º, II, DA LEI Nº 6.194/74. RECURSO DESPROVIDO. 1. O conjunto do exame pericial apontou a perda parcial completa, do membro inferior (joelho direito), de forma definitiva e média repercussão, fazendo jus a uma indenização de 50% de R\$ 13.500,00, com fundamento no art. 3º, § 1º, II, da Lei nº 6.194/74, devendo ser abatido o valor de R\$ 3.375,00, recebido administrativamente. 2. Com base no § 11º, do art. 85, do NCPC, os honorários devidos pela**





apelante restam majorados para 15% sobre o valor arbitrado na sentença. (TJ-PE - APL: 5083627 PE, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 16/10/2018, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/11/2018) (Grifo nosso).

**EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT. INDENIZAÇÃO PAGA PELA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTO. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. ARTIGO 3º, § 1º, II, DA LEI Nº 6.194/74. RECURSO DESPROVIDO.** 1. O exame pericial apontou o percentual de 50% de comprometimento do membro superior esquerdo, por invalidez parcial incompleta, fazendo jus a uma indenização de 50% de R\$ R\$ 9.450,00, devendo ser abatido o valor de R\$ 2.362,50, recebido administrativamente. 2. Com base no § 11º, do art. 85, do NCPC, os honorários devidos pela apelante restam majorados para 15% sobre o valor arbitrado na sentença. (TJ-PE - APL: 4993619 PE, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 16/10/2018, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 09/11/2018). (Grifo nosso).

**EMENTA: PROCESSO CIVIL. DPVAT. VALOR DO COMPLEMENTO DA INDENIZAÇÃO CALCULADO COM BASE EM PROVA PERICIAL. DESCABIMENTO DA TESE RECURSAL A QUAL BUSCA FAZER PREVALECER O LAUDO ELABORADO UNILATERALMENTE NA SEARA ADMINISTRATIVA. DESCABIMENTO DO PEDIDO DE NOVA PERÍCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO DA APELANTE COM A CONCLUSÃO DA PERÍCIA JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER ARCADOS INTEGRALMENTE PELA SEGURADORA. MANUTENÇÃO DO VALOR DE HONORÁRIOS ARBITRADO NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DA APELANTE. MERO EXERCÍCIO DO DIREITO AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. APELO DESPROVIDO.** 1. A determinação do juízo de elaboração de prova pericial médica nos casos de indenização pelo seguro DPVAT serve justamente para que um expert imparcial afira o grau da lesão que acometeu o acidentado, não fazendo sentido a tese que pretende fazer prevalecer a conclusão do laudo elaborado unilateralmente pela seguradora na esfera administrativa ou do parecer do assistente técnico. 2. É totalmente descabido o requerimento de conversão do julgamento em diligência para a realização de nova perícia, posto que o fundamento para tal pedido reside única e exclusivamente na simples irresignação da Apelante com as conclusões do médico perito. 3. Em razão do princípio da causalidade, havendo condenação da seguradora a pagar diferença de indenização do seguro DPVAT, ainda que em valor inferior ao requerido na exordial, não haverá que se falar em sucumbência recíproca, devendo suportar os ônus da sucumbência. 4. Considerando as peculiaridades do caso sob exame, o montante fixado na sentença se mostra adequado para remunerar dignamente o trabalho realizado pelo patrono do apelado. 5. O recurso em análise consubstanciou um exercício normal do direito de defesa, com a indicação de argumentos para a reforma da sentença vergastada. Não há de se falar, pois, em litigância de má-fé por interposição de recurso protelatório. 6. Apelação desprovida. (TJ-PE - AC: 4780765 PE, Relator: Roberto da Silva Maia, Data de Julgamento: 03/12/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 09/01/2020). (Grifo nosso).

Destarte, ressalta-se que o direito de defesa do autor foi cerceado no primeiro momento, em sede administrativa, haja vista que a verdade real não foi atingida, já que o primeiro laudo médico pericial foi contraditório, não tendo o perito utilizado da melhor técnica para elaboração do parecer.







É bem verdade que o autor recebeu o valor indenizatório no importe de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais), porém, não o valor condizente com a verdade dos fatos. (Doc. 01 – Comprovante de pagamento).

O autor encontra-se inválido de forma permanente, sem condições para o trabalho, amparado somente por um benefício, auxílio doença, junto ao órgão INSS.

Em que pese Excelência. o perito judicial apresentou as VERDADEIRAS condições que atualmente encontra-se o Sr. MARCOS JOSE DA SILVA, ora autor.

Pelo exposto, **CONFORME O LAUDO MÉDICO JUDICIAL APRESENTADO, O AUTOR REQUER ACOLHIMENTO DE FORMA INTEGRAL.** Para que assim, haja justiça, **devendo o valor indenizatório ser estabelecido conforme os percentuais apresentados, previsto na lei nº 11.945/09, deduzindo o valor já recebido.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 10 de Junho 2020.

**ELAINE LOPES DE ARAÚJO SILVA**

**Advogada - OAB/PE nº 39.210**

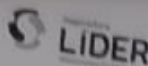
**DAIANE DE ANDRADE OLIVEIRA**

**Advogada - OAB/PE nº 40.099**

**CARLOS ADRIANO PEREIRA**

**Advogado – OAB-PE nº 47.630**





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento de seu processo acesse para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4000-1536 (Região Metropolitana) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, acesse para 0800 022 12 09. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3190284977

Vítima: MARCOS JOSE DA SILVA

Data do Acidente: 12/05/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), MARCOS JOSE DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa

Juros

Total creditado:

R\$ 0,00

R\$ 0,00

R\$ 4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x R\$ 13.500,00 =

R\$ 4.725,00

Recebedor: MARCOS JOSE DA SILVA

Valor: R\$ 4.725,00

Banco: 104

Agência: 3015

Conta: 0000039543-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retomar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Lider para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

Seguradora Lider-DPVAT

Estamos aqui para Você





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810315

Processo nº **0088804-43.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## SENTENÇA

**Vistos, etc...**

**MARCOS JOSÉ DA SILVA**, qualificado nos autos, ajuizou a presente **Ação de Cobrança Securitária DPVAT em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, também qualificada na inicial, visando ao recebimento da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, em razão de haver sido vítima de acidente automobilístico, ocorrido em 12/05/2018.

Afirmou que, por conta das lesões do acidente, é portador de debilidade permanente e ingressa com a presente Demanda, pugnando compelir a demandada ao pagamento do valor indenizatório do seguro DPVAT, qual seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ao fim, pugnou pela procedência da demanda, com seus consectários de lei.

Requeru ainda a concessão dos benefícios da justiça gratuita e acostou à inicial os documentos que entendeu pertinentes.

Despacho do Juízo, concedendo a gratuidade judicial e determinando a citação do réu sob id 56746203.

Em sede de contestação, a parte demandada alegou (id 57667051):

1 – Preliminarmente: a) desinteresse na realização da audiência preliminar de conciliação.

2 – No mérito: a) ausência de laudo do IML quantificando a lesão – ônus da prova do autor;

b) do pagamento realizado na seara administrativa;

c) do pagamento proporcional à lesão;

d) teceu considerações acerca da incidência de juros de mora e correção monetária e dos honorários advocatícios ao caso e requereu que, em caso de procedência da ação, fossem os honorários fixados em 10% (dez por cento).

Por fim, pugnou pelo acolhimento da preliminar suscitada ou, superadas essas, fosse declarado improcedente o pleito autoral. Porém ressaltou que, na hipótese de condenação ao pagamento de indenização securitária, seja apurado o grau da lesão para cálculo do valor da indenização e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Acostou à defesa os documentos que entendeu pertinentes.

Prova pericial realizada pelo Perito nomeado por este Juízo, conforme laudo de id 61681774.

As partes demandada e demandante manifestaram sobre o laudo pericial através de petições de ids 62429692 e 63263863 dos autos.

Vieram-me conclusos os autos.

É o relatório.



## DECIDO.

Como esses são os argumentos suficientes para a solução da demanda e não havendo necessidade de dilação probatória, procedo ao julgamento do caso conforme linhas abaixo.

Inicialmente, pronuncio-me acerca das questões preliminares de mérito, quais sejam o laudo médico fornecido pelo IML e do pagamento realizado na esfera administrativa.

Primeiramente, tenho como superado o ponto prefacial arguido pela defesa quanto à ausência de laudo do IML, em razão da juntada aos autos do laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes id 61681774.

No mais, em que pese haver sido formuladas em sede de mérito, entendo que as alegações de ausência do laudo do IML e do pagamento realizado na esfera administrativa também devem ser analisadas como questões preliminares ao mérito, motivo pelo que assim o procedo.

No que se refere a ausência do laudo do IML cuido que a não apresentação junto com a inicial não impede o seguimento da ação, nem implica a improcedência da demanda, posto que, além da juntada aos autos do laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes sob id 61681774, é assente o entendimento jurisprudencial no sentido de que o laudo médico elaborado pelo IML – Instituto Médico Legal, não é documento essencial para propositura das ações do Seguro DPVAT.

Nesse sentido:

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DECISÃO QUE DETERMINA EMENDA DA INICIAL - INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO RETIDO - NÃO CABIMENTO - DECISÃO SUSCETÍVEL DE CAUSAR À PARTE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO - NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Não se conhece de agravo retido interposto contra de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, caso em que o recurso cabível seria o de agravo de instrumento. - **Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.** - Não se pode falar em desatendimento da norma do art. 282, III, do CPC se a parte autora relata na inicial o fato e os fundamentos jurídicos do pedido. (TJ-MG - AC: 10024122541105001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014) (Grifei)

No que se refere a realização de pagamento realizado na via administrativa;

A outorga de quitação do valor da indenização, outorgada, na via administrativa, quanto ao valor ali recebido não exclui a possibilidade da vítima pleitear a indenização securitária complementar pela via judicial.

Nesse sentido:

E M E N T A-APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - **PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE A QUITAÇÃO ADMINISTRATIVA - AFASTADA** - INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT SOB A ÉGIDE DA LEI N. 11.945/2009 - VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ - SEQUELA DE OMBRO - VALOR DEVIDO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO INFERIOR AO VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE - INEXISTÊNCIA DE DIREITO QUANTO AO PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO - REDISTRIBUÍDA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. **1. O pagamento realizado pela seguradora em sede administrativa não impede o ajuizamento da ação de cobrança visando o pagamento do remanescente, daí o interesse de agir. 2.**

Considerando que o autor/apelado não teve perda anatômica ou funcional completa do ombro, deve-se realizar a redução proporcional da indenização, nos termos da Lei n. 11.945/2009. O ombro, na tabela da Lei, possui indenização específica, não se enquadrando como membro superior. Portanto, a correta indenização a que faz jus o autor/apelado totaliza o valor de R\$ R\$ 843,75, o que corresponde a quantia inferior ao que recebeu na via administrativa, não fazendo, pois, jus a qualquer complementação. (TJ-MS - APL: 08070983920138120001 MS 0807098-39.2013.8.12.0001, Relator: Des. Sideni Soncini Pimentel, Data de Julgamento: 18/09/2014, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 25/09/2014) (Grifei)

Portanto, **rejeito** o pedido acima.

Voltando-me para análise do mérito, no que versa a incapacidade do autor e a necessidade de realização de perícia médica, constato que no Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes de id 61681774 o Sr. Perito informou que as lesões sofridas pelo Demandante resultaram em dano anatômico e/ou funcional do membro inferior direito, estabelecendo o percentual de 75%, para sua quantificação.

Dessa forma, o Autor perfaz o direito a receber 75% do valor estipulado para o dano verificado, ou seja, 75% de 70% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que equivale a R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos), razão pela qual a demanda deve ser julgada parcialmente procedente, condenando-se a parte ré ao





pagamento da quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), equivalente à diferença entre o valor já recebido pelo autor e o importe apurado através da avaliação médica em comento.

**DISPOSITIVO.**

Pelo exposto, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido de indenização de seguro DPVAT formulado nos autos, condenando a Ré a pagar ao Autor o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), equivalente à diferença entre o valor já recebido pelo autor e o importe apurado nos autos, cuja quantia deve ser corrigida, com base na tabela ENCOGE, a partir do evento danoso, e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês (art. 406 do CCB), estes a partir da citação.

Arbitro os honorários a serem pagos pela demandada ao advogado da parte demandante no importe de 15% em face do valor da condenação, bem como em custas processuais sobre o valor da condenação, montante este que será devido a este TJPE, haja vista que a parte autora é beneficiária da gratuidade da justiça, pelo que não há o que se fala em ressarcimento de custas.

Condeno, ainda, a demandante em honorários em favor dos advogados da requerida no importe de 15% sobre o valor sucumbido considerando o valor atribuído à causa, em razão da sucumbência recíproca. Contudo, em face da gratuidade de justiça conferida na forma da lei, determino a suspensão da exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência **até que cesse a respectiva situação de hipossuficiência, ocorrendo a prescrição em 05 (cinco) anos, nos moldes do § 3º, art. 98 do CPC**, vez que a gratuidade de justiça não é capaz de afastar a responsabilidade do vencido em relação às verbas decorrente de sua sucumbência.

Expeça-se o competente alvará em referência aos honorários do perito, conforme depósito id 58099840 dos autos.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas da lei.

**INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.**

Recife, 17 de junho de 2020.

**Marcus Vinicius Barbosa de Alencar Luz**  
**Juiz de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 15ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 63660774, conforme segue transcrito abaixo:

" Vistos, etc... MARCOS JOSÉ DA SILVA, qualificado nos autos, ajuizou a presente Ação de Cobrança Securitária DPVAT em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A., também qualificada na inicial, visando ao recebimento da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, em razão de haver sido vítima de acidente automobilístico, ocorrido em 12/05/2018. Afirmou que, por conta das lesões do acidente, é portador de debilidade permanente e ingressa com a presente Demanda, pugnando compelir a demandada ao pagamento do valor indenizatório do seguro DPVAT, qual seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Ao fim, pugnou pela procedência da demanda, com seus consectários de lei. Requereu ainda a concessão dos benefícios da justiça gratuita e acostou à inicial os documentos que entendeu pertinentes. Despacho do Juízo, concedendo a gratuidade judicial e determinando a citação do réu sob id 56746203. Em sede de contestação, a parte demandada alegou (id 57667051): 1 – Preliminarmente: a) desinteresse na realização da audiência preliminar de conciliação. 2 – No mérito: a) ausência de laudo do IML quantificando a lesão – ônus da prova do autor; b) do pagamento realizado na esfera administrativa; c) do pagamento proporcional à lesão; d) teceu considerações acerca da incidência de juros de mora e correção monetária e dos honorários advocatícios ao caso e requereu que, em caso de procedência da ação, fossem os honorários fixados em 10% (dez por cento). Por fim, pugnou pelo acolhimento da preliminar suscitada ou, superadas essas, fosse declarado improcedente o pleito autoral. Porém ressaltou que, na hipótese de condenação ao pagamento de indenização securitária, seja apurado o grau da lesão para cálculo do valor da indenização e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento). Acostou à defesa os documentos que entendeu pertinentes. Prova pericial realizada pelo Perito nomeado por este Juízo, conforme laudo de id 61681774. As partes demandada e demandante manifestaram sobre o laudo pericial através de petições de ids 62429692 e 63263863 dos autos. Vieram-me conclusos os autos. É o relatório. DECIDO. Como esses são os argumentos suficientes para a solução da demanda e não havendo necessidade de dilação probatória, procedo ao julgamento do caso conforme linhas abaixo. Inicialmente, pronuncio-me acerca das questões preliminares de mérito, quais sejam o laudo médico fornecido pelo IML e do pagamento realizado na esfera administrativa. Primeiramente, tenho como superado o ponto prefacial arguido pela defesa quanto à ausência de laudo do IML, em razão da juntada aos autos do laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes id 61681774. No mais, em que pese haver sido formuladas em sede de mérito, entendo que as alegações de ausência do laudo do IML e do pagamento realizado na esfera administrativa também devem ser analisadas como questões preliminares ao mérito, motivo pelo que assim o procedo. No que se refere a ausência do laudo do IML cuido que a não apresentação junto com a inicial não impede o seguimento da ação, nem implica a improcedência da demanda, posto que, além da juntada aos autos do laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes sob id 61681774, é assente o entendimento jurisprudencial no sentido de que o laudo médico elaborado pelo IML – Instituto Médico Legal, não é documento essencial para propositura das ações do Seguro DPVAT. Nesse sentido: AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DECISÃO QUE DETERMINA EMENDA DA INICIAL - INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO RETIDO - NÃO CABIMENTO - DECISÃO SUSCETÍVEL DE CAUSAR À PARTE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO - NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML -



**IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO** - Não se conhece de agravo retido interposto contra de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, caso em que o recurso cabível seria o de agravo de instrumento. - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento. - Não se pode falar em desatendimento da norma do art. 282, III, do CPC se a parte autora relata na inicial o fato e os fundamentos jurídicos do pedido. (TJ-MG - AC: 10024122541105001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014) (Grifei) No que se refere a realização de pagamento realizado na via administrativa; A outorga de quitação do valor da indenização, outorgada, na via administrativa, quanto ao valor ali recebido não exclui a possibilidade da vítima pleitear a indenização securitária complementar pela via judicial. Nesse sentido: **E M E N T A-APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE A QUITAÇÃO ADMINISTRATIVA - AFASTADA - INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT SOB A ÉGIDE DA LEI N. 11.945/2009 - VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ - SEQUELA DE OMBRO - VALOR DEVIDO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO INFERIOR AO VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE - INEXISTÊNCIA DE DIREITO QUANTO AO PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO - REDISTRIBUÍDA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.** 1. O pagamento realizado pela seguradora em sede administrativa não impede o ajuizamento da ação de cobrança visando o pagamento do remanescente, daí o interesse de agir. 2. Considerando que o autor/apelado não teve perda anatômica ou funcional completa do ombro, deve-se realizar a redução proporcional da indenização, nos termos da Lei n. 11.945/2009. O ombro, na tabela da Lei, possui indenização específica, não se enquadrando como membro superior. Portanto, a correta indenização a que faz jus o autor/apelado totaliza o valor de R\$ R\$ 843,75, o que corresponde a quantia inferior ao que recebeu na via administrativa, não fazendo, pois, jus a qualquer complementação. (TJ-MS - APL: 08070983920138120001 MS 0807098-39.2013.8.12.0001, Relator: Des. Sideni Soncini Pimentel, Data de Julgamento: 18/09/2014, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 25/09/2014) (Grifei) Portanto, rejeito o pedido acima. Voltando-me para análise do mérito, no que versa a incapacidade do autor e a necessidade de realização de perícia médica, constato que no Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes de id 61681774 o Sr. Perito informou que as lesões sofridas pelo Demandante resultaram em dano anatômico e/ou funcional do membro inferior direito, estabelecendo o percentual de 75%, para sua quantificação. Dessa forma, o Autor perfaz o direito a receber 75% do valor estipulado para o dano verificado, ou seja, 75% de 70% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que equivale a R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos), razão pela qual a demanda deve ser julgada parcialmente procedente, condenando-se a parte ré ao pagamento da quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), equivalente à diferença entre o valor já recebido pelo autor e o importe apurado através da avaliação médica em comento. **DISPOSITIVO.** Pelo exposto, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido de indenização de seguro DPVAT formulado nos autos, condenando a Ré a pagar ao Autor o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), equivalente à diferença entre o valor já recebido pelo autor e o importe apurado nos autos, cuja quantia deve ser corrigida, com base na tabela ENCOGE, a partir do evento danoso, e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês (art. 406 do CCB), estes a partir da citação. Arbitro os honorários a serem pagos pela demandada ao advogado da parte demandante no importe de 15% em face do valor da condenação, bem como em custas processuais sobre o valor da condenação, montante este que será devido a este TJPE, haja vista que a parte autora é beneficiária da gratuidade da justiça, pelo que não há o que se fala em ressarcimento de custas. Condeno, ainda, a demandante em honorários em favor dos advogados da requerida no importe de 15% sobre o valor sucumbido considerando o valor atribuído à causa, em razão da sucumbência recíproca. Contudo, em face da gratuidade de justiça conferida na forma da lei, determino a suspensão da exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência até que cesse a respectiva situação de hipossuficiência, ocorrendo a prescrição em 05 (cinco) anos, nos moldes do § 3º, art. 98 do CPC, vez que a gratuidade de justiça não é capaz de afastar a responsabilidade do vencido em relação às verbas decorrente de sua sucumbência. Expeça-se o competente alvará em referência aos honorários do perito, conforme depósito id 58099840 dos autos. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas da lei. **INTIMEM-SE. CUMPRA-SE."**

RECIFE, 14 de julho de 2020.

**CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**



## PETIÇÃO DE JUNTADA DE LIQUIDAÇÃO







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

**Processo: 00888044320198172001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCOS JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

**Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.**

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO 25393-D/PE, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

RECIFE, 11 de agosto de 2020.

**João Barbosa**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE

~



## RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



## Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª via: Documento de caixa	Para obtenção de ID Depósito acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 2717 / 040 / 01802429-0	ID Depósito 040271700612007223
			Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO / PE	Município RECIFE
	Vara 15A VARA CIVEL	Ação de Natureza (2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
	Processo 0088804.43.2019.8.17.2001	Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA		
	Nome do Autor MARCOS JOSE DA SILVA		CPF/CNPJ 035.756.104-01	
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04		
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04		
Número da Guia 1	Data de Emissão 22/07/2020	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 3.137,83	
		Autenticação mecânica do depósito CEF2717001191206082020008061636 3.137,83COM		



## RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



## Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª Vara - Tribunal/Vara	Para obtenção de ID Depósito acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 2717 / 040 / 01802429-0	ID Depósito 040271700612007223
			Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO / PE	Município RECIFE
	Vara 15A VARA CIVEL	Ação de Natureza (2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária	Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal	
	Processo 0088804.43.2019.8.17.2001	Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA		
Nome do Autor MARCOS JOSE DA SILVA			CPF/CNPJ 035.756.104-01	
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04	
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04	
Número da Guia 1	Data de Emissão 22/07/2020	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 3.137,83	
			Autenticação mecânica do depósito CEF2717001191206082020008061636 3.137,83COM	



## RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



## Guia para Depósito Justiça Estadual

Guia-Depositante	Para obtenção de ID Depósito acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 2717 / 040 / 01802429-0	ID Depósito 040271700612007223
			Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO /PE	Município RECIFE
	Vara 15A VARA CIVEL	Ação de Natureza (2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
	Processo 0088804.43.2019.8.17.2001	Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA		
	Nome do Autor MARCOS JOSE DA SILVA		CPF/CNPJ 035.756.104-01	
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04		
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04		
Número da Guia 1	Data de Emissão 22/07/2020	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 3.137,83	
		Autenticação mecânica do depósito CEF2717001191206082020008061636 3.137,83COM		







## Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS OS CALCULOS EM 1 MES
Valor Nominal	R\$ 2.362,50
Indexador e metodologia de cálculo	ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Abril/2018 a Julho/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	29/01/2020 a 04/08/2020
Honorários (%)	15 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	822 dias	1,079387
Percentual correspondente	822 dias	7,938685 %
Valor corrigido para 01/07/2020	(=)	R\$ 2.550,05
Juros(188 dias-7,00000%)	(+)	R\$ 178,50
Sub Total	(=)	R\$ 2.728,55
Honorários (15%)	(+)	R\$ 409,28
<b>Valor total</b>	<b>(=)</b>	<b>R\$ 3.137,83</b>

**Retornar Imprimir**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO**

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado em 10/08/2020. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 18 de agosto de 2020.

**CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



PETIÇÃO PARA LEVANTAR VALORES DEPOSITADOS EM JUÍZO.





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 15ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PERNAMBUCO**

**PROCESSO Nº: 0088804-43.2019.8.17.2001 (Seção B)**

**MARCOS JOSE DA SILVA**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por seus procuradores infra-assinados, informar e requerer o que segue:

Nos termos do Art. 906 e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil vigente faculta ao Exequente a transferência eletrônica para conta por este indicada.

*In verbis:*

Art. 906. Ao receber o mandado de levantamento, o exequente dará ao executado, por termo nos autos, quitação da quantia paga.

Parágrafo único. A expedição de mandado de levantamento poderá ser substituída pela **transferência eletrônica** do valor depositado em conta vinculada ao juízo para outra **indicada pelo exequente**. (Grifo nosso).

Dessa senda, nos termos do que faculta o Art. 906, parágrafo único do CPC/15 e conforme comprovante de depósito judicial e tabela de atualização do valor da sentença (**Ids. 66129667 e 66129668**), requer:







ADVOGADOS ASSOCIADOS

**A. Transferência eletrônica de R\$ R\$ 2.728,55 (dois mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos) para a conta poupança do Autor / Exequente**

TITULAR: MARCOS JOSE DA SILVA

CPF: 035.756.104-01

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGÊNCIA: 03015

CONTA CORRENTE: 000000039543-0.

**B. A transferência eletrônica de R\$ 409,28 (quatrocentos e nove reais e vinte e oito centavos) para a conta da patrona, referente aos honorários de sucumbência, no importe de 15%:**

TITULAR: ELAINE LOPES DE ARAÚJO SILVA

CPF: 072.562.334-93

BANCO INTER - 077

AGÊNCIA: 0001

CONTA CORRENTE: 3779167-2

Termos em que,  
Pede deferimento.

Recife, 18 de agosto de 2020.

**ELAINE LOPES DE ARAÚJO SILVA**

Advogada - OAB/PE nº 39.210

**DAIANE DE ANDRADE OLIVEIRA**

Advogada - OAB/PE nº 40.099

**CARLOS ADRIANO PEREIRA**

Advogado – OAB-PE nº 47.630

Rua Tamoios, nº 118 A, Santo Amaro, Recife-PE, CEP: 50100-420.

Fone: (81) 9.9874-4887 / 9.9866-9789 / 9.8316-7509

apa.advogadosassociados@gmail.com

2





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): ROMERO BEZERRA CAVALCANTI MENDES - CPF: 834.242.884-20**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AGÊNCIA 2717- OPERAÇÃO 040 - CONTA 01778510-6**

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 63660774**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:  
"Expeça-se o competente alvará em referência aos honorários do perito, conforme depósito id 58099840 dos autos."

Eu, CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 18 de agosto de 2020.

**Maria Carolina Costa Immisch**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(Assinado eletronicamente)**

**Marcus Vinicius Barbosa de Alencar Luz**  
**Juiz de Direito**  
**(Assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



## JUNTADA DE CUSTAS FINAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

processo: 00888044320198172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCOS JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, 25393-D/PE, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

RECIFE, 24 de setembro de 2020.


**João Barbosa**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE


~






	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</b> <b>CUSTAS INTERMEDIÁRIAS</b>		<b>01 - BANCOS CREDENCIADOS</b> BANCO DO BRASIL	<b>02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA</b> 114
				<b>05 - DATA DE EMISSÃO</b> 13/08/2020 15:12
<b>03 - NÚMERO DA GUIA</b> 589801	<b>04 - CONTRIBUINTE</b> SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA - CNPJ: 09.248.608/0001-04		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> 31/12/2020	
<b>06 - NATUREZA DA AÇÃO</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL			<b>07 - Nº DO PROCESSO</b> 0088804-43.2019.8.17.2001	<b>08 - VALOR DECLARADO</b> R\$ 13.500,00
<b>09 - CÓD. DO ATO</b> 9	<b>10 - QUANT.</b> 1	<b>11 - OBSERVAÇÃO</b> Em todos os processos cíveis		<b>12 - VALOR COBRADO</b> R\$ 267,18
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 135,00
<b>13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR</b> Processo Judicial Eletrônico - Recife				<b>14 - VALOR TOTAL</b> R\$ 402,18

85650000004 2 02180487202 2 01231000058 8 98010000000 2

	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</b> <b>CUSTAS INTERMEDIÁRIAS</b>		<b>01 - BANCOS CREDENCIADOS</b> BANCO DO BRASIL	<b>02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA</b> 114
				<b>05 - DATA DE EMISSÃO</b> 13/08/2020 15:12
<b>03 - NÚMERO DA GUIA</b> 589801	<b>04 - CONTRIBUINTE</b> SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA - CNPJ: 09.248.608/0001-04		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> 31/12/2020	
<b>06 - NATUREZA DA AÇÃO</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL			<b>07 - Nº DO PROCESSO</b> 0088804-43.2019.8.17.2001	<b>08 - VALOR DECLARADO</b> R\$ 13.500,00
<b>09 - CÓD. DO ATO</b> 9	<b>10 - QUANT.</b> 1	<b>11 - OBSERVAÇÃO</b> Em todos os processos cíveis		<b>12 - VALOR COBRADO</b> R\$ 267,18
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 135,00
<b>13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR</b> Processo Judicial Eletrônico - Recife				<b>14 - VALOR TOTAL</b> R\$ 402,18

85650000004 2 02180487202 2 01231000058 8 98010000000 2

	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</b> <b>CUSTAS INTERMEDIÁRIAS</b>		<b>01 - BANCOS CREDENCIADOS</b> BANCO DO BRASIL	<b>02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA</b> 114
				<b>05 - DATA DE EMISSÃO</b> 13/08/2020 15:12
<b>03 - NÚMERO DA GUIA</b> 589801	<b>04 - CONTRIBUINTE</b> SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA - CNPJ: 09.248.608/0001-04		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> 31/12/2020	
<b>06 - NATUREZA DA AÇÃO</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL			<b>07 - Nº DO PROCESSO</b> 0088804-43.2019.8.17.2001	<b>08 - VALOR DECLARADO</b> R\$ 13.500,00
<b>09 - CÓD. DO ATO</b> 9	<b>10 - QUANT.</b> 1	<b>11 - OBSERVAÇÃO</b> Em todos os processos cíveis		<b>12 - VALOR COBRADO</b> R\$ 267,18
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 135,00
<b>13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR</b> Processo Judicial Eletrônico - Recife				<b>14 - VALOR TOTAL</b> R\$ 402,18

85650000004 2 02180487202 2 01231000058 8 98010000000 2



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	22/09/2020	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
22/09/2020	00888044320198172001		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE	Vara Cível	RÉU	402,18
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	092486080000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
MARCOS JOSE DA SILVA		FÍSICA	03575610401
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
FE9C54088013CBF0			
CÓDIGO DE BARRAS			
856500000004 2 02180487202 2 01231000058 8 98010000000 2			





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810315

Processo nº **0088804-43.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DESPACHO**

R. H.

COMPULSANDO OS VERIFICO QUE O AUTOR REQUEREU A EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DE TRANSFERENCIA NOS MOLDES DO ART.906 DO CPC/2015 ( Id nº 66534354) , DESTA FEITA:

1. Determino a expedição de alvará de transferência em favor de **MARCOS JOSE DA SILVA** , CPF: 035.756.104-01, na quantia de R\$ **R\$ 2.728,55 (dois mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos) e seus acréscimos, se houver, para conta** de sua titularidade, qual seja, AGENCIA: 03015, CONTA CORRENTE: 000000039543-0., CAIXA ECONOMICA FEDERAL, conforme indicado na petição de Id 66534354.
2. Determino a expedição de alvará de transferência em favor da causídica do autor ELAINE LOPES DE ARAUJO SILVA , CPF: 072.562.334-93, na quantia de R\$ **R\$ 409,28 (quatrocentos e nove reais e vinte e oito centavos) e seus acréscimos se houver, REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBENCIA , para a conta de sua titularidade, qual seja, AGENCIA: 0001, CONTA CORRENTE : 3779167-2 , BANCO INTER – 077, conforme indicado na petição de Id 66534354.**
3. Expeça-se Ofício à Instituição Bancário onde os valores estão depositados para que proceda com a transferência, envie o comprovante da transferência efetuada para estes autos.
4. Após, arquivem-se os autos.
5. Cumpra-se.

Recife, 25 de setembro de 2020.

**Juiz de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 15ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 68610620, conforme segue transcrito abaixo:

" R. H. COMPULSANDO OS VERIFICO QUE O AUTOR REQUEREU A EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DE TRANSFERENCIA NOS MOLDES DO ART.906 DO CPC/2015 ( Id nº 66534354) , DESTA FEITA: Determino a expedição de alvará de transferência em favor de MARCOS JOSE DA SILVA , CPF: 035.756.104-01, na quantia de R\$ R\$ 2.728,55 (dois mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos) e seus acréscimos, se houver, para conta de sua titularidade, qual seja, AGENCIA: 03015, CONTA CORRENTE: 000000039543-0., CAIXA ECONOMICA FEDERAL, conforme indicado na petição de Id 66534354. Determino a expedição de alvará de transferência em favor da causídica do autor ELAINE LOPES DE ARAUJO SILVA , CPF: 072.562.334-93, na quantia de R\$ R\$ 409,28 (quatrocentos e nove reais e vinte e oito centavos) e seus acréscimos se houver, REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBENCIA , para a conta de sua titularidade, qual seja, AGENCIA: 0001, CONTA CORRENTE : 3779167-2 , BANCO INTER – 077, conforme indicado na petição de Id 66534354. Expeça-se Ofício à Instituição Bancário onde os valores estão depositados para que proceda com a transferência, envie o comprovante da transferência efetuada para estes autos. Após, arquivem-se os autos. Cumpra-se."

RECIFE, 22 de outubro de 2020.

**CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA**  
Diretoria Cível do 1º Grau







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**ALVARÁ PARA TRANSFERÊNCIA DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da Seção B da 15ª Vara Cível da Capital **AUTORIZA**, por meio do presente Alvará, a **TRANSFERÊNCIA** dos valores do(s) valor(es) autorizado(s) para contas dos beneficiário(a)(s), como descrito abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): MARCOS JOSE DA SILVA - CPF: 035.756.104-01.**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 2.728,55 (dois mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DA CONTA JUDICIAL: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040- CONTA 01802429-0**

**DADOS DA CONTA DE DESTINO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGENCIA: 03015, CONTA CORRENTE: 000000039543-0**

**BENEFICIÁRIO (002): ELAINE LOPES DE ARAUJO SILVA - OAB PE39210 - CPF: 072.562.334-93, procuração ID 55846032.**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 409,28 (quatrocentos e nove reais e vinte e oito centavos), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DA CONTA JUDICIAL: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040- CONTA 01802429-0**

**DADOS DA CONTA DE DESTINO: BANCO INTER – 077 - AGENCIA: 0001, CONTA CORRENTE : 3779167-2**

Tudo conforme **DESPACHO** de **ID 68610620** dos autos do Processo Judicial Eletrônico - PJe, acima epigrafado: "COMPULSANDO OS VERIFICO QUE O AUTOR REQUEREU A EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DE TRANSFERENCIA NOS MOLDES DO ART.906 DO CPC/2015 ( Id nº 66534354) , DESTA FEITA: Determino a expedição de alvará de transferência em favor de MARCOS JOSE DA SILVA , CPF: 035.756.104-01, na quantia de R\$ R\$ 2.728,55 (dois mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos) e seus acréscimos, se houver, para conta de sua titularidade, qual seja, AGENCIA: 03015, CONTA CORRENTE: 000000039543-0., CAIXA ECONOMICA FEDERAL, conforme indicado na petição de Id 66534354. Determino a expedição de alvará de transferência em favor da causídica do autor ELAINE LOPES DE ARAUJO SILVA , CPF: 072.562.334-93, na quantia de R\$ R\$ 409,28 (quatrocentos e nove reais e vinte e oito centavos) e seus acréscimos se houver, REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBENCIA , para a conta de sua titularidade, qual seja, AGENCIA: 0001, CONTA CORRENTE : 3779167-2 , BANCO INTER – 077, conforme indicado na petição de Id 66534354."

Eu, CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé.

RECIFE, 26 de outubro de 2020.

**Maria Carolina Costa Immisch**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(assinado eletronicamente)**

**Marcus Vinicius Barbosa de Alencar Luz**  
**Juiz de Direito**  
**(assinado eletronicamente)**



---

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088804-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCOS JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO**

Certifico para os devidos fins de direito que, nesta data, arqueei definitivamente os presentes autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 9 de dezembro de 2020.

**CHRISTIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA GUIMARAES MOTA**  
Diretoria Cível do 1º Grau

